



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – U.F.C.**  
**FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA, CONTABILIDADE**  
**E SECRETARIADO - FEAACS**

**CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**O BALANÇO SOCIAL APLICADO**  
**A UMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**

**ANA VALÉRIA FERREIRA LIMA**

FORTALEZA-CE  
DEZEMBRO/1999

**O BALANÇO SOCIAL APLICADO  
A UMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**

**BSFEAG**

**ANA VALÉRIA FERREIRA LIMA**

Orientador(a): Fátima de Souza Freire

Monografia apresentada à Faculdade de  
Economia, Administração, Atuária,  
Contabilidade e Secretariado, para  
obtenção do grau de Bacharel em  
Ciências Contábeis.

**BSFEAG**

FORTALEZA - CE

1999

Esta monografia foi submetida à Coordenação do Curso de Ciências Contábeis, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis, outorgado pela Universidade Federal do Ceará - UFC e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida, desde que feita de acordo com as normas da ética científica.

Nome do Aluno	Média
Prof. Orientador	Nota
Membro da Banca Examinadora	Nota
Membro da Banca Examinadora	Nota

Monografia aprovada em 17 de janeiro de 2000

**A MEUS PAIS**



## AGRADECIMENTOS

A **Deus**, fonte de luz e sabedoria em nossa vida, cuja Misericórdia e Amor permitiram-me a conquista de mais essa etapa em minha caminhada. Sem Ele nada teria sido possível.

A **meus pais**, pelo Amor, Dedicção e Paciência imensuráveis e pelos sacrifícios e renúncias para me proporcionarem uma boa educação e formação. Nunca poderei retribuir-lhes tudo o que fizeram e fazem por mim.

À **Professora Fátima Freire**, pela sua orientação e por fornecer os subsídios necessários para a realização deste trabalho.

Aos **Colegas do BEC**, em especial à **Mazé** e ao **Josinewton**, pela atenção a mim dispensada em todos os momentos em que deles precisei, fornecendo-me informações de muita valia para esta monografia e cedendo-me recursos e espaço para a sua conclusão.

A **Todos** aqueles que de alguma forma contribuíram na elaboração desta monografia.

## ÍNDICE

p.

### RESUMO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	01
-------------------------	----

### **CAPÍTULO 1 - BALANÇO SOCIAL**

1.1. Origem do Balanço Social: Necessidade de Transparência Social .....	04
1.2. Balanço Social no Brasil: Prestação de Contas Sociais .....	07
1.2.1. O Exemplo de Empresas Brasileiras e Transparência Social .....	10
1.3. O Balanço Social Francês: Relação do Capital x Trabalho .....	12
1.4. Usuários do Balanço Social .....	14

### **CAPÍTULO 2 - CONSTRUÇÃO DO BALANÇO SOCIAL NO BEC**

2.1. Informações sobre a Instituição .....	16
2.1.1. Breve Histórico do Banco do Estado do Ceará .....	16
2.1.2. Performance do Bec .....	19
2.1.3. Estrutura Organizacional .....	22
2.2. O Balanço Social do BEC Segundo o Modelo do IBASE .....	24
2.2.1. O Investimento na Sua Força de Trabalho .....	24
2.2.2. O Investimento na Sociedade .....	28
2.2.3. Balanço Social - Indicadores .....	33

**CAPÍTULO 3 - CONSTRUÇÃO DOS INDICADORES SOCIAIS DO BEC,  
A PARTIR DO BALANÇO SOCIAL FRANCÊS**

3.1. Indicadores.....	36
3.2. Análise dos Indicadores Sociais.....	38

**CAPÍTULO 4 - VALOR ADICIONADO**

4.1. O que é Valor Adicionado?.....	43
4.2. A DVA do BEC.....	44

<b>CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS.....</b>	<b>45</b>
---------------------------------------	-----------

<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>47</b>
--	-----------

<b>ANEXOS.....</b>	<b>50</b>
--------------------	-----------

## LISTA DE FIGURAS

p.

Figura 1 – Primeira agência do BEC.....	XVI
Figura 2 – Homepage do BEC na Internet.....	XVIII
Figura 3 – Logomarcas do Banco.....	XVIII
Figura 4 – Distribuição das agências do BEC no interior do Estado.....	XXII
Figura 5 – Distribuição das agências do BEC em Fortaleza.....	XXIII
Figura 6 – Organograma do BEC.....	XXIV
Figura 7 – Balé Koi-Guera.....	XXIX
Figura 8 – Coral do BEC.....	XXIX
Figura 9 – Símbolo do Projeto Crescer.....	XXX



## LISTA DE GRÁFICOS

p.

Gráfico 1 – Benefícios aos funcionários em 1998 e 1997 .....	XXV
Gráfico 2 – Distribuição dos funcionários do BEC por idade – 1998 .....	XXXVIII
Gráfico 3 – Distribuição dos funcionários do BEC por idade – 1997 .....	XXXIX
Gráfico 4 – Distribuição dos funcionários do BEC por tempo de serviço-1998.....	XXXIX
Gráfico 5 - Distribuição dos funcionários do BEC por tempo de serviço-1997.....	XL
Gráfico 6 – Qualificação dos funcionários do BEC – 1998 e 1997.....	XLI
Gráfico 7 – Divisão dos funcionários do BEC por sexo – 1998 e 1997 .....	XLI
Gráfico 8 – Motivos de afastamento dos funcionários do BEC – 1998 e 1997.....	XLII

**BSFEAC**

## RESUMO

A busca por uma forma de expor à sociedade as atividades realizadas que contribuem com o seu desenvolvimento e bem-estar, é cada vez mais crescente no meio empresarial do mundo todo. O Balanço Social vem atender essa necessidade, por se tratar de um demonstrativo que tem por fim evidenciar a atuação das entidades no ramo social, na relação com seus empregados e na economia. É pois, uma peça que vem enriquecer a sociedade como um todo, fortalecendo o exercício da cidadania, através de uma administração voltada para a transparência.. No Brasil, o B.S. ainda não está oficializado, no entanto, é nítido o interesse cada vez maior por parte de empresas privadas e estatais. Dentre as empresas que vêm aderindo ao B.S. merece destaque a tomada de consciência dos bancos, muitos já publicam seu B.S. juntamente com suas Demonstrações Contábeis, semestralmente. Intende-se que o B.S. adquire ainda mais importância quando tratado por instituições financeiras, pois tendo como função a intermediação financeira, os bancos são um dos maiores viabilizadores e responsáveis pelo desenvolvimento econômico-social de uma região. Ciente desta grande carga de responsabilidade social que recai sobre as instituições financeiras, neste trabalho desenvolve-se alguns modelos de B.S. no Brasil e na França, aplicados ao Banco do Estado do Ceará S/A – BEC nos anos de 1998 e 1997. Com isso tem-se o comportamento social do BEC nesse período, levando a questionamentos a respeito do compromisso do BEC com a sociedade cearense. Após uma pesquisa bibliográfica a fim de obter-se um conhecimento genérico de B.S., sua origem, modelos já existentes e sua repercussão no Brasil, deu-se início à elaboração dos modelos de B.S. segundo o sugerido pelo IBASE e o francês. Para a realização do trabalho foram colhidos diversos dados do BEC, junto ao seu Departamento de Recursos Humanos e o Departamento de Controladoria, dos dois anos envolvidos. Com a elaboração do seu B.S., foi possível constatar que, devido o Banco se encontrar sob um processo de federalização, para sua posterior privatização, houve uma considerável divergência em sua performance social e econômica entre 1997 e 1998. Em 1998 os reflexos do processo para a venda do Banco foram maiores, culminando, inclusive, com o seu resultado negativo. No entanto, verifica-se um comprometido do BEC com a sociedade, haja vista que, mesmo no momento em enfrentou dificuldades não foram nulas as suas atividades desenvolvidas na sociedade.



## INTRODUÇÃO

O cenário econômico e político de uma sociedade exerce influências diretas e/ou indiretas sobre as empresas. Isto ocorre porque empresas são como organismos, cuja principal característica é interagir com o meio em que vive.

Nos últimos anos, é crescente a preocupação da sociedade com relação às questões sociais das empresas, tanto internas quanto externas. Hoje não basta apenas a empresa obter os melhores lucros e altos índices de liquidez ou rentabilidade, mas também apresentar índices de distribuição de renda e de atividades sociais, em função da má distribuição de renda, elevado nível de desemprego e desequilíbrio na balança comercial, principalmente de países emergentes, subdesenvolvidos ou semi-industrializados. Desta forma, é crescente a discussão de diversos entes da sociedade (entidades não governamentais, sindicatos e Governo, por exemplo) sobre o papel e a responsabilidade social das empresas.

Observa-se, pois, nos últimos anos, uma crescente consciência de que a empresa pode e deve assumir, dentro da sociedade, um papel mais amplo à sua vocação básica de geradora de lucro. Trata-se da emergência de uma inovadora relação com a sociedade e com o mundo dos negócios, que possibilita o combate às adversidades sociais. É a chamada cidadania empresarial, onde, por exemplo, a empresa privada passa a ter uma maior co-responsabilidade com a administração pública pelos problemas que atingem a comunidade.

No entanto, como medir os indicadores sociais de uma empresa? Que informações poderiam ser apresentadas por elas para que o Governo, empregados e o próprio empregador pudessem adotar estratégias sociais? Existe algum modelo para analisar o desempenho social de uma empresa?

Todas essas questões podem ser respondidas através do balanço social, pois como meio de prestar contas à sociedade do cumprimento de sua função social, as empresas encontram neste modelo um instrumento eficaz de gestão e de informação. O Balanço Social, que surgiu na França em 1977, é hoje uma demonstração cada vez mais difundida no mundo,

inclusive no Brasil, onde se encontra em tramitação no Congresso um projeto de lei para tornar obrigatória a sua publicação por determinadas empresas.

Neste trabalho serão analisados alguns modelos de balanços sociais existentes no Brasil e na França. O objetivo principal será de apresentar um estudo detalhado da elaboração de um balanço social que fosse adequado à uma instituição financeira. Para a realização do trabalho foi escolhido o Banco do Estado do Ceará S/A - BEC, instituição financeira pública, cuja missão é promover o desenvolvimento sócio-econômico do Estado do Ceará. O estudo da implantação de um balanço social no BEC foi realizado através da coleta de dados extraídos do seu Departamento de Controladoria e Departamento de Recursos Humanos, nos anos de 1997 e 1998. Desta forma, é possível apresentar os investimentos sociais do Banco, avaliando seu grau de comprometimento com a sociedade.

O presente trabalho trata da construção da demonstração do Balanço Social na Instituição Financeira Banco do Estado do Ceará s/a - BEC, no biênio 1997 e 1998, e está composto da seguinte forma:

Primeiramente apresenta-se um pouco da história e evolução do Balanço Social, discorrendo sobre sua origem, sua legalização em 1977, na França, e sua repercussão no Brasil, onde se encontra em tramitação no Congresso Nacional, um projeto de lei que torna obrigatória a publicação do Balanço Social para empresas que atendam a determinados pré-requisitos.

Em seguida expõe-se sobre a instituição na qual se vai levantar o Balanço Social, envolvendo dados sobre sua história, algumas informações acerca de seu desempenho operacional e sua estrutura organizacional, para então passar-se à construção do modelo de Balanço Social proposto pelo IBASE .

No terceiro capítulo são apresentados indicadores sociais do BEC, construídos a partir dos modelos de Balanço Social Francês e Português, envolvendo também uma breve análise comparativa em cima dos números obtidos nos dois anos .

O trabalho finaliza com a Demonstração do Valor Adicionado - DVA do BEC, nos anos de 1997 e 1998.



## CAPÍTULO I

### BALANÇO SOCIAL

#### 1.1 – ORIGEM DO BALANÇO SOCIAL : NECESSIDADE DE TRANSPARÊNCIA SOCIAL

Estudar a origem da demonstração Balanço Social não se restringe à tarefa de pesquisar data e local em que ela foi pela primeira vez publicada. Haja vista que ao proceder-se desta maneira, estar-se-ia abordando o assunto equivocadamente, a partir de sua consequência, ou seja, a apresentação do balanço social em si, e não de sua real gênese, a qual nos remonta a uma série de acontecimentos, os quais resultaram na sua origem.

Deste modo, para se entender como se deu a origem do B.S. que evidencia o quanto determinada organização contribui para com a comunidade em que está inserida, é preciso se reportar a uma concepção bem mais ampla do seu próprio conceito, que é a da responsabilidade social dos agentes econômicos.

Sabe-se que empresas são organismos, e como tal, interagem com o ambiente em que atuam. A abertura ou o fechamento de uma organização pode ser determinante no desenvolvimento de uma região. Existem cidades que vivem em função de uma única empresa, cujas atividades podem melhorar ou prejudicar a vida daquela comunidade. Diante de tamanha influência é que nos últimos anos, vários setores sociais têm discutido acerca da responsabilidade social das empresas.

Na verdade a influência das empresas sobre a sociedade sempre existiu. Entretanto, à sua participação como agente social nunca foi dado o enfoque adequado. As companhias instalavam-se num determinado local, usufruindo de todos os recursos ali disponíveis, permitindo-lhe a geração de lucros para seus proprietários, ou seja, atingindo o seu objetivo, o lucro, onde a administração dava-se por satisfeita, ignorando satisfações a qualquer agente que tivesse permitido tal resultado.

É somente na segunda metade deste século que os empresários, ainda que timidamente, se vêem obrigados a mudarem suas posturas de administração, pressionados pela sociedade. Foi no início dos anos 60, nos Estados Unidos, que as empresas que apoiavam o engajamento do país na guerra do Vietnã foram severamente criticadas, sendo alvos de movimentos de contestação que propunham boicote à aquisição de bens e ações de companhias abertas que contribuía para o conflito. Clamava-se pelo fim da guerra e exigia-se que as empresas adotassem nova postura moral e ética perante os cidadãos.

Surge nessa época a consciência de que as empresas, além de serem fontes de lucro para os empresários, é fundamental responsável pelo bom ou mau desenvolvimento da sociedade. Consciência esta que se intensificou principalmente na França e Alemanha, impulsionadas pelos movimentos estudantis do final da década de 60 e pelo aumento dos problemas sociais.



A responsabilidade social foi uma grande conquista da sociedade. Obrigou às empresas mudarem suas posturas administrativas, tendo que voltar-se não só para dentro de si mesmas, mas também preocupar-se com o ambiente em que atuam. Esse conceito vem transformando-se, em alguns casos, até em critério para a escolha de determinados produtos. Nos EUA e na Europa, por exemplo, é comum a organização de movimentos de cidadãos que boicotam artigos manufaturados ou provocam danos ao ambiente durante o processo de industrialização, ou que utilizam mão-de-obra infantil em sua cadeia produtiva.

A partir desta noção de responsabilidade social, adquirida nos anos 60, iniciou-se os trabalhos no sentido de procurar uma forma científica de se divulgar informações sobre as atividades sociais das empresas. Propõe-se, então, uma demonstração denominada *de relatório social*, vindo a se consagrar nos anos 70 com o nome de *balanço social*, iniciando uma nova era no meio empresarial: a era da transparência no relacionamento da empresa-cidadã com a comunidade.

A demonstração que hoje conhecemos por balanço social, portanto, não possui uma data específica, que marque seu *descobrimto*. O que ocorreu foi uma evolução de relatórios que continham informações de caráter social.



Não pode-se deixar de citar, contudo, o ano de 1961, quando se deu a promulgação da encíclica papal “ *Mater et Magister* “, decorrente de uma reunião da “ *Union Internationale Chretienne de Dirigeants d’Enterprise* “ (UNIPAC), em Bruxelas. O referido documento enfatizava a divulgação por parte das empresas de relatórios contendo informações referentes a iniciativas em prol dos trabalhadores e do bem-estar da comunidade em que a empresa estava inserida.

Outra passagem de suma importância no histórico do balanço social foi quando, em 1977, a França, numa atitude vanguardista, incluiu o tema sob a forma legal. Pela primeira vez um país elaborou lei específica para consolidar a ampla utilização do balanço social como forma de reporte social. Foi a Lei n.º 77.769, de 12 de julho daquele ano. de acordo com esta lei, as empresas com mais de 750 empregados estavam obrigadas a publicarem o balanço social, contendo informações do ano corrente e dos dois últimos anos, para efeito de comparação. Mais tarde essa obrigatoriedade foi estendida às empresas com mais de 299 empregados.

Nesta fase inicial, tanto o balanço social francês, e todos os de outros países que publicavam a peça, compunha-se, primordialmente, de informações voltadas para os recursos humanos da empresa. Somente numa etapa posterior, é que as informações evoluíram, abrangendo também questões comunitárias e ambientais, transformando-se neste relatório de concepção bem mais ampla, no qual demonstra a interação da empresa com os elementos que contribuem para a sua existência incluindo o ambiente natural, os recursos humanos, a comunidade e a economia global.

Graças á consciência de responsabilidade social adquirida pelas empresas, cada vez mais difundida nos dias de hoje, permitindo o surgimento do balanço social, é que pode-se idealizar que, futuramente, ao ser pressionada pela comunidade, uma empresa somente poderá exercer suas atividades se o custo-benefício da sua existência for positivo. Com isso, estarão destinadas à extinção a empresa que agredir a natureza, por colocar em risco a continuidade da vida humana ou reduzir a qualidade de desta; aquela que não propicie condições adequadas de trabalho, contribuindo para a degeneração psicológica e social dos trabalhadores; e aquelas que não adicionarem valor à economia local, fazendo com que a

aplicação de recursos governamentais não resultem nos benefícios esperados na região onde se localizarem. O balanço social é, portanto, o viabilizador desse tipo de avaliação, periodicamente, durante a atividade da empresa.

## 1.2 - INTRODUÇÃO DO BALANÇO SOCIAL NO BRASIL: PRESTAÇÃO DE CONTAS SOCIAIS

Ao longo da história do Brasil, a igreja católica e sua doutrina cristã, sempre influenciou debates sobre questões sociais. Fato que talvez tenha propiciado a entidades cristãs a tarefa de precursoras da consciência do papel social das empresas.

Conforme Rioli<sup>1</sup>, em 1961 foi constituída em São Paulo a Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresa - ADCE, como sendo uma agente operacional da UNIPAC, já citada anteriormente. Ainda que atuando de forma isolada, a ADCE foi fundamental para a introdução do tema balanço social no Brasil, desenvolvendo estudos e discutindo o assunto.

No entanto, foi somente em 1974, com a declaração do “ Decálogo do Empresário Cristão “, que a ADCE tratou efetivamente do balanço social. Neste decálogo, o segundo princípio estabelecia:

*“ Estamos convencidos de que a empresa, além de sua função econômica de produtora de bens e serviços, tem a função social que se realiza através da promoção dos que nela trabalham e na comunidade na qual deve integrar-se. “<sup>1</sup>*

Com isso a ADCE lançou a noção de responsabilidade social da empresa, estendendo aos empresários e sociedade brasileiros, o debate em torno do balanço social, passando a organizar congressos anuais a partir de 1979, nos quais o tema era abordado com frequência , segundo Rioli. <sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> RIOLI, Vladimir Antônio. Origens do Balanço Social. Seminário - Balanço Social - Participação x Responsabilidade Empresarial. São Paulo. ABAMEC, 1997, p. 2. Citado por Vinicius A.Martins, na IOB.



Conforme registra Freire<sup>2</sup>, é nesse período, na década de 70, que o governo brasileiro impõe a todos os empregadores, empresas ou não, a elaboração da Relação Anal de Informação Social - RAIS, destinada ao Ministério do Trabalho. É importante que aqui se faça este registro, porque a RAIS foi o primeiro relatório que as se verificou informações de cunho social das empresas, ainda que de forma muito limitada e que visassem somente ao cumprimento de uma lei.

No entanto, o empenho da ADCE nesse período não foi suficiente para que o balanço social conquistasse a atenção da sociedade brasileira, a exemplo do que já se praticavam em outros países, o que fez com que 20 anos se passassem sem que a idéia viesse de fato a se concretizar e alcançar sua devida importância.

Foi somente em 1997, através do sociólogo Herbert de Sousa, o Betinho, que o tema ressurgiu e foram retomadas as discussões sobre a necessidade de normas legais para regulamentar a atividade das empresas tendo em vista o bem-estar social do indivíduo e, conseqüentemente, da sociedade.<sup>3</sup>



À frente do IBASE - Instituto Brasileiro de Análise Sociais e Econômicas, organização não governamental, Betinho lançou sua campanha pela elaboração de um balanço social, por parte das empresas, como prestação de contas a seus credores, investidores, empregados, ao governo e à sociedade que as abriga. O balanço social deveria acompanhar as demonstrações financeiras tradicionais, publicadas anualmente pelas companhias.

Nessa campanha o IBASE sugere um modelo de balanço social que oferece informações sobre os gastos das empresas com encargos sociais, alimentação, saúde, educação, creche, previdência privada e outros benefícios impostos e investimentos na cidadania, englobando cultura, esporte, habitação, saúde pública, saneamento, segurança, urbanização e pesquisa, investimentos ambientais, número de empregados e de admissões e percentual de cargos de chefia ocupados por mulheres e portadores de deficiência física.

<sup>2</sup> SANTOS, Ariovaldo dos. S.FREIRE, Fátima. MALO, François Bernard. O Balanço Social no Brasil: gênese, finalidade e implementação como complemento às demonstrações contábeis, p. 6.

<sup>3</sup> Empresa Pública e Cidadã. Folha de São Paulo. São Paulo, 26 de março de 1997.

Diversas empresas, entre as quais a Xerox, Usiminas, e o Banco Noroeste, aderiram à publicação desse modelo de balanço social, o que veio comprovar que o empresário brasileiro é consciente do papel social de suas empresas na comunidade em que elas atuam.

O balanço social ganhou ainda mais projeção junto às empresas, com o projeto de lei n.º 3.116, de maio de 1997, de autoria das deputadas Marta Suplicy, Maria da Conceição Tavares e Sandra Starling. De acordo com o projeto, as empresas privadas que possuam mais de 99 empregados e as empresas públicas, independentemente desse número, ficam obrigadas a elaborar e publicar, anualmente, o balanço social. Com isso, segundo a justificativa do projeto de lei, ampliar-se-ia a consciência sobre a responsabilidade de preservação do meio-ambiente e da viabilidade de aplicação de parte dos lucros auferidos em projetos que beneficiem tanto os trabalhadores das empresas, bem como outros setores da sociedade.

O balanço social previsto no projeto de lei 3.116/97 deverá conter dados indicadores sobre:

- a) a empresa: faturamento bruto, lucro operacional, folha de pagamento bruta e outros;
- b) as relações de trabalho dentro da empresa, incluindo dados sobre os empregados (quantidade, sexo, raça, escolaridade, faixa etária, etc.), valor dos encargos sociais pagos, gastos com alimentação, educação e saúde do trabalhador, gastos com segurança no trabalho, previdência privada, número de mulheres em cargos de chefia e outros; e
- c) a empresa na condição de agente social, como valor dos tributos pagos; os investimentos para a comunidade em cultura, esportes, habitação, saúde pública, saneamento, assistência social, segurança, urbanização, defesa civil, educação, obras públicas, campanhas públicas e outras; e investimentos em meio ambiente - reflorestamento, despoluição e outros, indicando itens e valores eventualmente dedutíveis do fisco.

Ainda, segundo o projeto, a publicidade do balanço social dar-se-á mediante a publicação juntamente com as demonstrações contábeis já exigidas para as companhias de



capital aberto e pela sua afixação na entrada principal dos estabelecimentos da empresa nos seis primeiros meses de sua publicação.

Uma das maiores discussões em torno desse projeto de lei é a questão da obrigatoriedade da publicação do balanço social. Muitos são contrários a essa compulsoriedade pelo fato de que, por não ser exigida uma auditoria de seus dados, muitos balanços seriam confeccionados somente para fazer face à lei, não significando que naquele período a empresa, de fato, tenha investido na sociedade. Por outro lado, a existência de uma lei representa legitimidade institucional, o que soaria como uma exigência da sociedade, impondo aos empresários o retorno dos recursos por ela oferecidos. Esse é um ponto que está sendo muito debatido e que o simples fato de estar ocorrendo já gera benefícios, pois denota a consciência social crescente nas empresas. Voluntário ou não, o balanço social no Brasil já conquista seu espaço.

Diante da necessidade e a aceitação que o balanço social tem alcançado entre os meios empresariais, a Comissão de Valores Mobiliários - CVM publicou uma minuta de instrução em 18/6/97, submetendo à audiência pública, visando a adoção do balanço social pelas companhias de capital aberto. Essa minuta apresentava um modelo de demonstrativo que se assemelha ao modelo elaborado pelo IBASE.

No processo de audiência pública da minuta, muitas sugestões foram feitas, mas o aspecto mais importante não chegara a um consenso: a obrigatoriedade ou não do balanço social. Em decorrência disso, a CVM, ciente da importância do assunto, resolveu mudar o foco da discussão, transferindo-a para o Congresso Nacional.

Nesse sentido, a CVM propôs a inclusão no anteprojeto de reformulação da Lei 6.404/76, que trata das sociedades por ações, disposição estabelecendo a essas sociedades, bem como a quaisquer outras empresas consideradas de grande porte, que divulguem informações de natureza social, além da Demonstração de Valor Adicionado - DVA.

### **1.2.1 - O EXEMPLO DE EMPRESAS BRASILEIRAS E TRANSPARÊNCIA SOCIAL**

É importante ressaltar que não são todos os que ficam a mercê de uma lei. Enquanto se aguarda uma resolução do Congresso Nacional em relação ao projeto de lei n.º

3.116/97 e ao anteprojeto de reformulação da lei 6.404/76, diversas empresas já vêm divulgando seus balanços sociais, num reconhecimento público de suas interferências na vida da comunidade em que estão inseridas e suas responsabilidades sobre elas. Configura-se aí a máxima da demonstração do balanço social. A divulgação voluntária das ações empresariais que reflitam suas preocupações e responsabilidades no campo social.

Empresas como a Xerox, Usiminas e o Banco Noroeste, como já foram citados anteriormente, aderiram ao balanço social tão logo o Betinho sugeriu a publicação pelo IBASE. Para dar mais incentivo às adesões o IBASE criou um selo com a proposta de identificar as empresas que já se engajaram na idéia de publicação de seu modelo de balanço social, significando seu comprometimento com a qualidade de vida da sociedade.

Apresenta-se a seguir uma relação de empresas detentoras do selo do IBASE, ou seja, que já publicam seu modelo de balanço social.

Altemex S/A

Banco do Brasil S/A

Banco Noroeste

CEB - Companhia Energética de Brasília

Eletronorte - Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A

Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

INEPAR S/A

LIGHT - Serviços de Eletricidade S/A

Petros

PREVI

USIMINAS - Usinas Siderúrgicas de MG S/A

XEROX

Ressalte-se, ainda, que em algumas empresas a divulgação de balanço social já é prática corrente, antes mesmo de se iniciar toda essa discussão. Como exemplo tem-se a Organização Odebrecht, que desde 1994 publica um balanço de responsabilidade social em seus relatórios anuais. Na concepção da organização:

*“ uma instituição empresarial já é essencialmente uma organização social e que a empresa assume essa responsabilidade ao produzir riquezas, gerar empregos,*



*remunerar acionistas, prestadores de serviço e fornecedores, além de pagar tributos ao governo* “<sup>4</sup>

São registros de atitudes que não podem passar despercebidas e que, embora atrasados perante a Europa e os EUA, e as discussões sobre balanço social sejam ainda bastante incipientes, evidenciam que o Brasil está tomando consciência da nova sociedade que se forma para o século XXI.

### 1.3 - O BALANÇO SOCIAL FRANCÊS: RELAÇÃO DO CAPITAL X TRABALHO

O balanço social é hoje objeto de legislação específica em três países: França, Portugal e, recentemente, Bélgica. No entanto, mesmo não tendo lei específica que obrigue às empresas de sua publicação, o balanço social também constitui-se prática nos EUA, Holanda, Suécia, Alemanha e Inglaterra.

Essa diversidade de países na elaboração de diferentes modelos de balanço social suscitou pesquisas no meio acadêmico, no sentido de desenvolver um modelo internacional da demonstração, no qual abrangesse todos os aspectos que vêm sendo considerados nos que hoje existem de maneira isolada.<sup>5</sup>

No entanto, tendo sido a França o país que primeiro abordou o balanço social pela ótica legal, o que foi de fundamental importância para a discussão do assunto no mundo todo, pretende-se focar neste tópico o balanço social francês, especificamente, apresentando, inclusive, as condições sociais que permitiram o seu surgimento.

A concepção de empresa como agente social é uma realidade na França desde 1955. Já no início da década de 60, várias empresas francesas realizavam espontaneamente uma espécie de “*balanço humano*”.

O período anterior à origem e o estabelecimento do balanço social francês caracterizou-se pela grande mudança político-social de 1968, cuja crise culminou com a contestação da ordem estabelecida. O desemprego e a inflação crescentes, proporcionaram a chegada da esquerda ao poder.

<sup>4</sup> POLIDORO, Márcio. Diretor de comunicação empresarial da Organização Odebrecht.

É natural que as leis promulgadas num país, em certo período, reflitam as alterações de comportamento processadas na sociedade. Tal preceito, certamente é válido para a lei do balanço social na França. Deste modo, a promulgação da lei do balanço social veio em resposta à prática que vinha se estabelecendo na época pelas próprias empresas.

Em 1976, o governo francês preparou um projeto de lei após a apreciação e debate entre os principais representantes de temas sociais. Finalmente em 12 de julho de 1977, foi promulgada a lei de n.º 77.769, tornando obrigatória a publicação de balanço social para empresas públicas e privadas com mais de 299 funcionários.

De acordo com essa lei, o balanço social francês é constituído por sete capítulos, a saber:

- emprego ;
- remunerações e encargos ;
- condições de higiene e segurança ;
- outras condições de trabalho ;
- formação profissional ;
- relações profissionais ; e
- condições de vida dos assalariados e suas famílias.

BSFEAC

É evidente a focalização na relação empresa ↔ empregado do balanço social francês. Tal fato é decorrente da visão francesa do que é empresa, o que pode-se constatar na afirmação de Edmond Marques:

*“ ... a empresa é o seu pessoal. Fazer um balanço social, é com efeito, em um largo sentido descrever seu pessoal, a forma como este evolui, as diversas categorias que o compõe, as condições na quais trabalha, como entra e como sai da empresa, a interface enfim, deste parceiro privilegiado com os outros membros dos que nós tínhamos qualificado de coalizão de interesses “<sup>6</sup>.*

<sup>5</sup> SANTOS, Ariovaldo dos. S.FREIRE, Fátima. MALO, François Bernard, op. Cit. Pág. 5

<sup>6</sup> MARQUÉS, Edmond. Le Bilian Social. L’homme. L’enterprise, la cité. 1.ª Edição. Paris. Ed. Dalloz. 1978. Tradução de treco da obra de Marqués por TINOCO, João Eduardo Prudêncio. Balanço Social – Uma abordagem sócio-econômica da contabilidade. São Paulo, 1984.



Cada um dos capítulos é subdividido em rubricas, que por sua vez são subdivididas em indicadores sociais, cujo total pode chegar a 171, variando de acordo com o ramo de atividade da empresa. No caso dos indicadores relativos ao emprego, pode-se destacar os dados relativos ao número de contratos de trabalho por tempo determinado, o número de estagiários, e o número médio mensal de trabalhadores temporários. Em relação às remunerações, os dados podem ser relativos a massa salarial anual total e a hierarquia das remunerações. O balanço social de uma empresa francesa deve ser submetido ao seu respectivo comitê de empresa, delegados sindicais e respectivo inspetor do trabalho.

Embora tenha sido um passo fundamental na nova visão das empresas como células sociais, o modelo francês de balanço social, com mais de 20 anos vigorando, necessitaria passar por uma revisão para adequar-se às mudanças que inevitavelmente ocorreram na sociedade.



Com por exemplo, o aumento do desemprego e a redução do tamanho das empresas; com o atual limite de 299 empregados para que as entidades sejam isentas da obrigatoriedade de elaboração do balanço social, faz com que não se tenha informações sociais sobre importante contingente de empregados. Aliado a isso, outro aspecto negativo do balanço social francês é o seu excesso de dados quantitativos de caráter meramente informativo e não decisório, o que em termos de negociação social, não serve de referência.

#### **1.4 - USUÁRIOS DO BALANÇO SOCIAL**

Dizer que o balanço social é a demonstração que revela o quanto de contribuição uma organização tem oferecido à comunidade, já faz dele uma peça de fundamental importância para o cenário sócio-econômico. No entanto, não é somente neste aspecto que reside a importância do balanço social. Ele, antes de ser uma demonstração endereçada à sociedade, é uma ferramenta gerencial, onde se encontram reunidos dados qualitativos e quantitativos sobre as políticas administrativas da empresa, servindo de instrumento de auxílio para a tomada de decisões e adoção de estratégias.

Dado a esse reconhecimento do balanço social como um elemento que pode influir na avaliação patrimonial das empresas, a edição de Melhores e Maiores, da revista

Exame, a partir de 1998, passou a incluir no cálculo de excelência empresarial, índices que levem em consideração a divulgação de informações relativas ao balanço social.

Este aspecto é, sem dúvida, relevante uma vez que pode atrair empresários a divulgarem o balanço social, por verem nele um mecanismo de publicidade. Sobre esse fato, o maior defensor desse instrumento de cidadania no Brasil, o Betinho, deixou bem claro logo no início de sua campanha: “O balanço social não pode ser uma peça de marketing, mas uma demonstração responsável de investimentos sociais realizados pelas empresas”.<sup>7</sup>

Além da administração da empresa, como instrumento de gestão, o balanço social contém informações que são do interesse de empregados, de seus representantes e do Governo.

Em relação a seus empregados, por meio do balanço social, seus representantes podem tomar conhecimento quanto à política de recursos humanos adotada na empresa. Se está gerando emprego, contribuindo para a entrada de jovens profissionais no mercado de trabalho ou até mesmo, se adota uma postura machista, não assumindo mulheres em cargos de chefia.

O Governo, por sua vez, através dos dados apresentados no balanço social das empresas, pode identificar quais os setores ainda não beneficiados por programas sociais das organizações e investir na melhoria dos serviços públicos nesta área. Por exemplo, se uma empresa mantém escolas de nível básico para seus empregados, suas respectivas famílias e para a comunidade, a administração do município poderá realocar os recursos que seriam utilizados nesses serviços para outras áreas carentes e também da obrigação do Estado, como saúde, saneamento básico ou transportes coletivos.

É amplo o leque de beneficiados com as informações geradas pelo balanço social. Ele pode contribuir muito com o Governo e com a sociedade em geral, na busca de soluções para os emergentes e crescentes problemas sociais.

---

<sup>7</sup> SOUZA, Herbert de. Balanço Social: voluntário ou obrigatório? São Paulo, maio de 1997.



## CAPÍTULO II

### CONSTRUÇÃO DO BALANÇO SOCIAL NO BEC

#### 2.1 - INFORMAÇÕES SOBRE A INSTITUIÇÃO

##### 2.1.1 - BREVE HISTÓRICO DO BANCO DO ESTADO DO CEARÁ

Criado pela Lei estadual de n.º 6.082, de 8 de novembro de 1962, o Banco do Estado do Ceará S/A - BEC iniciou suas atividades em 23 de junho de 1964, com uma agência, sob o Governo de Virgílio Távora, para servir de instrumento financeiro da política de desenvolvimento do Estado do Ceará.



Fig. 1 - Primeira agência do BEC, à Rua Br. do Rio Branco, inaugurada em 23/6/64

Fonte: Banco do Estado do Ceará - BEC

Em 1969, o Banco deu início à sua expansão, com a abertura de mais quatro agências nas cidades de Boa Viagem, Cedro, Mombaça e Viçosa do Ceará. No ano seguinte obteve junto ao Banco Central o certificado de sociedade de capital aberto e o registro de pessoa jurídica de direito privado.

No início da década de 70 começou a se formar o conglomerado BEC, com a instalação da carteira de Câmbio, da BEC Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, da carteira de “Open Market” e da BEC Corretora de Seguros.

O ano de 1976 marca a presença do BEC em outros estados, com a inauguração da agência do Rio de Janeiro. Posteriormente, foram instaladas agências em São Paulo e Brasília, tendo sido mantidas, por algum tempo, agências em João Pessoa, Natal e Recife, que hoje já não operam.

Ainda nos anos 70 (1977) o Banco ampliou seu conglomerado com a inclusão da BEC Financeira e a BEC Crédito Imobiliário, estendendo-se ainda mais quando da criação, em 1984, da BEC Turismo, o que possibilitou uma maior atuação do Sistema Financeiro BEC.

Em 1987, iniciou-se um processo de reestruturação administrativa, transformando-se em Banco múltiplo, o que lhe permitiu operar em todos os segmentos do mercado como uma única instituição financeira, sem a pesada estrutura de conglomerado. Ganhou eficiência e agilidade e diminuiu, de forma significativa, seus custos operacionais.

Na década de 90 o BEC iniciou um amplo processo de modernização de sua estrutura administrativa, com regime de parceria com seus funcionários, e partiu para o uso intensivo de tecnologia. Todas as agências foram informatizadas e interligadas.

Classificado entre as 50 maiores instituições financeiras do Brasil, incluído no restrito clube dos Bancos da América Latina de menor risco, considerado pelas autoridades monetárias e por especialistas do mercado como modelo de Banco Estadual sério e profissionalizado, no período de 1990 a 1994, o BEC atinge sua maturidade como uma instituição sólida e lucrativa e, inegavelmente, um dos orgulhos do cearense.

O uso intensivo de tecnologia voltada para a qualidade do atendimento aos seus clientes e uma profunda reestruturação organizacional traçam um novo perfil de atuação para o BEC. Para marcar essas mudanças, o Banco ganha uma nova logomarca e uma nova programação visual, que represente a nova imagem de um novo Banco. Mais adiante vê-se a evolução das logomarcas do BEC, nesses 35 anos de existência.

Em 1995 o Governo do Estado, acionista controlador, anuncia a idéia de privatizar a Empresa. A partir daí, com o objetivo de adaptar-se à nova realidade do mercado financeiro, imposta pelo Plano Real, e tornar a empresa um produto rentável para a venda, o BEC entra numa fase de amplo enxugamento da sua estrutura operacional, com a implantação de um Programa de Incentivo ao Afastamento Voluntário e a redução dos pontos de atendimento, através da fusão e fechamento de agências.



Não obstante às mudanças sofridas nesse período, o BEC se manteve atualizado com as novidades do mercado, sendo o primeiro banco oficial brasileiro (federal ou estadual) a marcar presença na *Internet* e o segundo banco brasileiro (público ou privado) a disponibilizar serviços bancários via *Internet*, consulta de saldos e extratos de contas-correntes e poupança. E em março de 97 a *homepage* do BEC é escolhida como a melhor dentre todos os *sites* dos bancos da América Latina pela revista americana *Latin Finance*.

Fig. 2 - Homepage do BEC na Internet - BECNet



Fonte: Internet

Finalmente, depois de um longo processo de tramitação nos poderes competentes, em maio deste ano é oficializada a federalização do Banco, na qual foi eleita nova administração, como etapa necessária para a negociação do Banco.

Fig. 3 – Logomarcas

## EVOLUÇÃO DAS LOGOMARCAS DO BANCO



1964



1995

## 2.1.2 - PERFORMANCE DO BEC

O Banco do Estado do Ceará S/A - BEC tem por missão promover, como instituição financeira, o desenvolvimento do Estado do Ceará, através do suprimento de recursos financeiros e da prestação de serviços, privilegiando a excelência no relacionamento com os clientes, empregados e acionistas.

Para o cumprimento de sua missão, o BEC oferece um leque de opções de produtos e serviços nas mais diversas áreas que vai da concessão de créditos e financiamentos, visando o potencial de desenvolvimento do Estado, à prestação de serviços que propiciem maior qualidade, praticidade e satisfação de seus clientes.



No tocante à cessão de recursos financeiros, o BEC tem por estratégia a atuação junto ao segmento varejista, privilegiando a negociação com pessoas físicas, micro e pequenas empresas. Neste campo a operação mais estimulada pelo Banco é a modalidade de Crédito Direto ao Consumidor - CDC, o qual consiste no financiamento de bens de consumo duráveis, efetuado através de contrato firmado diretamente com o consumidor final e cuja formalização é mediante consignação em folha de pagamento, propiciando um retorno seguro dos recursos emprestados, o que torna a inadimplência praticamente nula. Para a disponibilização dessa linha de crédito, o BEC firmou convênios com empresas privadas e com órgãos da administração direta e indireta do Estado e municípios do Ceará. Juntamente com o Crédito Direto ao Consumidor - CDC também compõem a carteira de crédito comercial do banco o financiamento de caráter rotativo para pessoas físicas e jurídicas, na forma de crédito em conta corrente, descontos de duplicatas e notas promissórias, ECC - Empréstimo em Conta Corrente, empréstimo sob garantia de consignação em folha de pagamento e a carta de fiança.

A característica do BEC como banco de varejo fortaleceu-se ainda mais a partir do segundo semestre de 1998, quando da negociação da carteira imobiliária para a Caixa Econômica Federal, bem como com a política adotada pelo Banco de suspender a realização de novas operações de crédito com pessoas jurídicas. Em dezembro de 1998 as operações de crédito do BEC somavam a quantia de R\$ 536 milhões (quinhentos e trinta e seis milhões de reais), distribuídos conforme a tabela 1.



**Tabela 1 – Composição das Carteiras de Operações de Crédito do BEC (1998)**

	Em R\$ Mil
COMERCIAL	125.750
RURAL	14.783
INFRAESTRUTURA/DESENVOLVIMENTO	53.644
IMOBILIÁRIO	345.040
TOTAL	535.812

Fonte – Departamento de Controladoria do BEC

No campo de captação de recursos, ainda como característica de um banco varejista, o BEC tem na poupança o carro-chefe de suas captações de depósitos. Aplicação mais procurada pelo pequeno poupador, por se tratar de uma aplicação segura, garantida pelo Governo Federal, no BEC a poupança ainda conta com a não incidência da CPMF - Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira, que é assumida pelo Banco.

Outro produto de captação do banco que merece destaque é o Título de Capitalização BEC. Criado em setembro de 1997, em parceria com a empresa Icatu Hartford, o produto consiste na aplicação mensal de uma determinada quantia que ao final de 60 meses será resgatado pelo valor corrigido. Durante esse período o detentor do título concorre a prêmios mensais em cada série da loteria federal. No ano de 1998 foram 28 mil títulos vendidos e distribuídos R\$ 672,5 mil em prêmios ao longo do exercício.

Compondo, ainda, a sua captação o Banco é responsável pela administração de seis fundos de investimento, os quais no exercício de 1998 atingiram o montante de R\$ 929 milhões. Tal volume deve-se à venda da Companhia Elétrica do Ceará - COELCE pelo Estado, cujos recursos se encontram administrados pelo BEC. A tabela abaixo mostra a composição das captações do BEC no ano de 1998.

**Tabela 2 – Composição das Captações do BEC (1998)**

Em R\$ Mil	
<b>DEPÓSITOS</b>	<b>594.839</b>
À VISTA	97.221
A PRAZO	180.611
SOB AVISO	97.523
POUPANÇA	211.396
EM MOEDA ESTRANGEIRA	6.259
INTERFINANCEIROS	1.829
<b>LETRAS HIPOTECÁRIAS</b>	<b>109.411</b>
<b>FUNDOS DE INVESTIMENTO</b>	<b>929.409</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.633.659</b>

Fonte – Departamento de Controladoria do BEC

Além da função essencial de uma instituição financeira bancária, de captar e emprestar recursos, o BEC também atua como prestador de serviços a correntistas e não-correntistas. Durante o ano de 1998 o Banco realizou em seus caixas aproximadamente 11,1 milhões de pagamentos e recebimentos, ou seja, uma média mensal de 928 mil operações de depósitos, saques, recebimentos de tributos, de contas de concessionárias de serviços públicos, folhas de pagamento e benefícios do INSS.

O BEC efetua, ainda, o pagamento da folha dos servidores do Estado, no total de 111,4 mil funcionários. Esse pagamento é realizado através de crédito em conta-corrente ou do cartão inteligente de multe uso - *Smart-Card*. Para tanto, o banco dispõe de uma rede de 82 ATM's (*Automatic Machines*) instaladas em repartições públicas estaduais e nas agências. Dessa forma o BEC oferece ao servidor público maior conveniência e conforto no recebimento do seu salário, evitando o absenteísmo nas repartições no período de pagamento, bem como eliminando o problema das filas, uma vez que não há a necessidade do deslocamento do funcionário às agências do banco.



O BEC também mantém parcerias com redes de compras que, mediante convênios com lojas da cidade, possibilitam aos clientes do banco efetuarem compras através do cartão BEC ou smart-card, isto é, sem a utilização de talão de cheques.

### 2.1.3 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

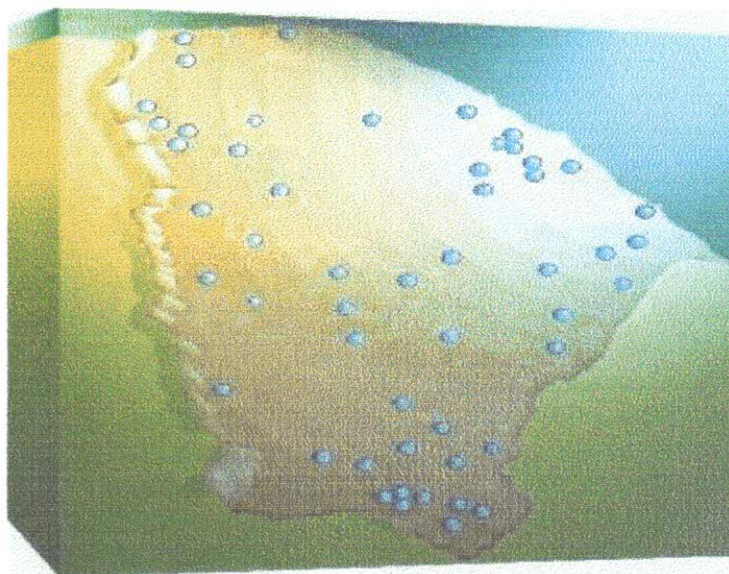
De 1964 até hoje foi notável o crescimento da estrutura do Banco do Estado do Ceará, chegando a contar com cinco agências fora do Ceará e sendo presença fundamental em quase a totalidade do Estado.

Nos últimos anos, diante da nova realidade do mercado imposta ao setor bancário com a estabilização da economia, visando a redução dos custos, o banco implementou em 1997 a fusão de agências que se localizavam em áreas próximas e a extinção de algumas que não detinham um volume de negócios satisfatório.

**B E C**

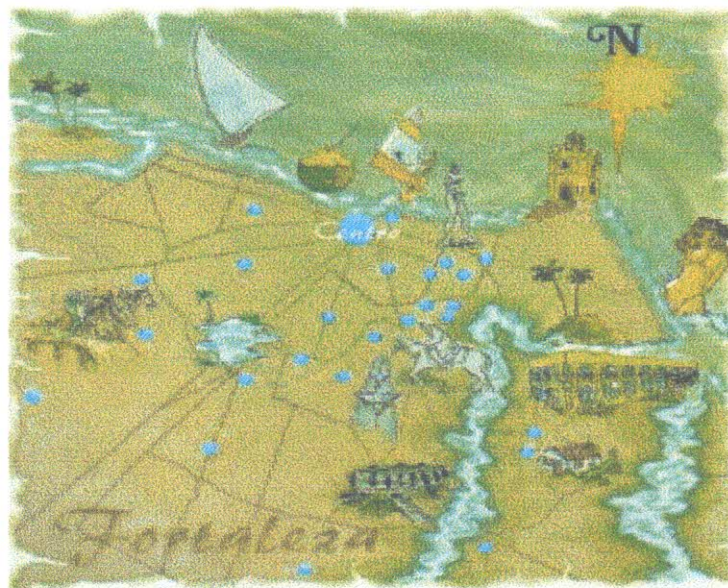
O BEC fechou o ano de 1998 com uma rede de 113 postos de atendimento, composta por 71 agências, 11 postos de atendimento bancário - PAB's e 32 postos de atendimento eletrônico - PAE's. A rede de agências do BEC está concentrada no Estado do Ceará, com quarenta e quatro unidades localizada no s municípios do interior e vinte e cinco agências na capital. O banco mantém, ainda, duas agências fora do Estado, nas cidades de São Paulo e Brasília, que cumprem objetivos estratégicos de intercâmbio com os principais centros financeiros do País.

**Fig. 4 - Distribuição das agências do BEC no interior do Estado**





**Fig. 5 – Distribuição das Agências do BEC em Fortaleza**



No primeiro semestre de 1999, com o estabelecimento da federalização, foi realizada Assembléia Geral Extraordinária, na qual foi eleita nova diretoria, assim distribuída:

Presidência

Diretoria de Finanças e Controle

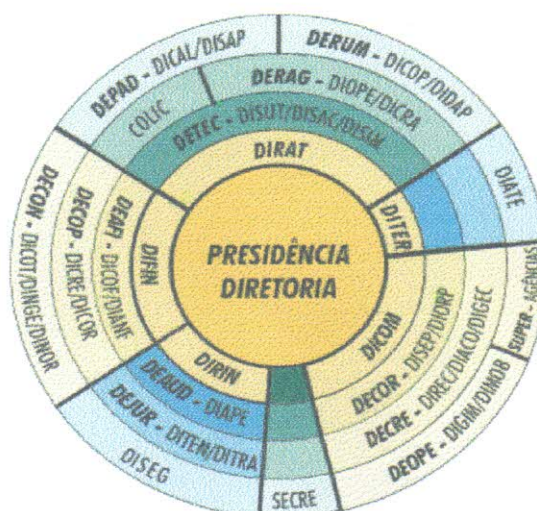
Diretoria Comercial, de Crédito e de Gestão de Risco

Diretoria Administrativa e de Tecnologia

Diretoria de Gestão de Recursos de Terceiros

Diretoria de Relações Institucionais

Fig. 6 – Organograma



Fonte: Departamento Comercial de Organização do BEC

## 2.2 O BALANÇO SOCIAL DO BEC SEGUNDO O MODELO DO IBASE

A seguir será apresentado o B.S. do BEC, segundo o modelo do IBASE. O modelo do IBASE, como visto anteriormente é dividido em quatro grupos que possibilitem analisar os aspectos financeiros, laboriais, sociais e do corpo funcional da empresa.

O modelo do IBASE foi escolhido como o mais apropriado para se apresentar neste trabalho, por ele se tratar de um modelo prático e de facilidade de aplicação, bem como por ser o modelo que muitas empresas brasileiras estão adotando hoje, ao elaborarem seu B.S..

### 2.2.1 - O INVESTIMENTO NA SUA FORÇA DE TRABALHO

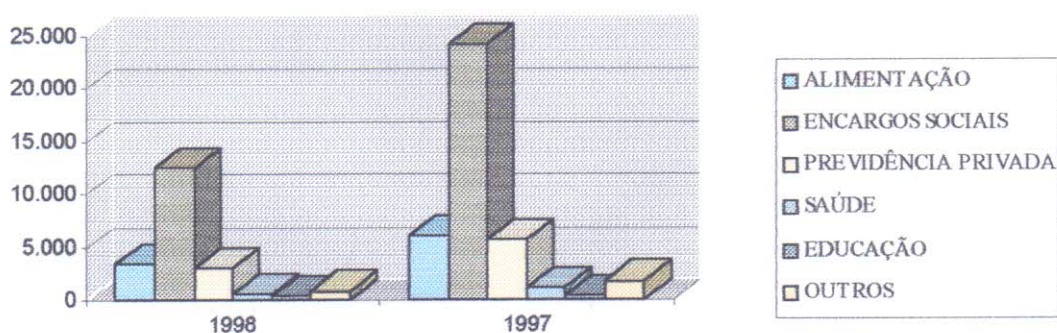
A responsabilidade social de qualquer entidade como empresas-cidadãs começa com sua atuação na área dos benefícios proporcionados à sua força de trabalho - seus empregados.

Tem sido prática usual dos bancos, ao longo dos anos, a concessão de benefícios aos funcionários com o objetivo de assegurar ao bancário saúde e educação adequadas, fatores fundamentais para a melhoria de sua qualidade de vida.



No BEC o quadro não é diferente. No ano de 1998 o Banco investiu um total de R\$ 20.717 mil em benefícios que consistem em encargos sociais, assistência à saúde, alimentação, educação e previdência privada, dentre outros. No exercício anterior, 1997, esse valor atinge o total de R\$ 39.315 mil. Como podemos observar no gráfico 1, em ambos os exercícios esse total de investimento em benefícios se concentrou em encargos sociais, com R\$ 12.447 mil e R\$ 24.282 mil em 1998 e 1997, respectivamente; e no auxílio à alimentação, com R\$ 3.396 mil e R\$ 6.048 mil, nos respectivos exercícios.

**Gráfico 1 – BENEFÍCIOS AOS FUNCIONÁRIOS EM 1998 e 1997**



Fonte: Departamento de Recursos Humanos do BEC

#### Assistência à Saúde

O BEC oferece aos seus funcionários e seus respectivos dependentes legais, bem como aos aposentados e pensionistas assistência médica e odontológica, através do Fundo de Assistência Médica dos Funcionários do BEC, a FAMED. Através desse convênio os funcionários têm acesso a médicos, dentistas, hospitais, clínicas e ambulatórios que lhes prestam atendimento particularizado, por um preço tabelado.

No ano de 1998 o investimento do Banco em atendimento à saúde foi de R\$ 584 mil, contra R\$ 1.096 mil do ano anterior. Esses valores correspondem a 100% de contribuição do BEC ao FAMED do valor que cada funcionário contribui, que são 2,5% do seu salário bruto.



Ainda com relação à saúde, o BEC mantém diariamente um profissional médico para avaliação médica periódica dos funcionários, bem como mantém em seu Departamento de Recursos Humanos uma assistente social visando atender a questões essenciais da vida pessoal e profissional, contribuindo para o bem estar e a qualidade de vida de seu pessoal.

#### ➤ **Auxílio à Alimentação**

O programa de ajuda à alimentação mantido pelo Banco do Estado do Ceará compreende a concessão de tickets que servem de subsídios para a refeição diária de seus empregados e para o mercantil de suas famílias. O valor individual mensal deste benefício é de R\$ 256,00 e tem expressivo significado como ganho adicional dos funcionários, representado mais de 51% para os salários na faixa do piso salarial do becista.

Em 1998 o auxílio alimentação concedido pelo Banco foi de R\$ 3.396 mil, o que correspondeu a 1,52% da Receita Líquida auferida naquela ano. Já no exercício anterior, esse valor era de R\$ 6.048, em virtude do maior número de funcionários, o que equivalia a 2,56% de sua Receita Líquida àquela época.

#SFEAS

#### ➤ **Previdência Complementar**

Com o objetivo de proporcionar ao becista, por ocasião de sua aposentadoria, a manutenção de um padrão de vida compatível com aquele usufruído durante os anos de trabalho, o BEC destinou R\$ 3.105 mil, em 1998 e R\$ 5.726 mil, em 1997, para contribuição à Caixa de Previdência Privada do Banco do Estado do Ceará - CABEC.

Esses valores correspondem a duas vezes a contribuição de cada funcionário, que varia de 2,5%, quando o salário for inferior a R\$ 1.255,32, a 7% se o salário ultrapassar esse teto. Até 31.12.1998 397 becistas já estavam em pleno gozo desse benefício.

#### ➤ **Educação - Treinamento e desenvolvimento**

Mais do que um simples complemento da formação escolar, é através das atividades de treinamento e desenvolvimento que o BEC proporcional aos seus funcionários o crescimento como profissional.

O total investido em treinamento e desenvolvimento de pessoal, nos anos de 1998 e 1997, foram respectivamente de R\$ 352 mil e 362 mil, com a realização de 194 e 268 eventos em cada um dos exercícios (ver tabela 3).

**Tabela 3 – N.º de treinamentos realizados no BEC em 1998 e 1997**

Eventos	1998		1997	
	No. de eventos	No. de participantes	No. de eventos	No. de participantes
Internos (realizados exclusivamente para o banco)	34	547	52	869
Externos (abertos, realizados para várias empresas)	160	426	216	562
<b>Total</b>	<b>194</b>	<b>973</b>	<b>268</b>	<b>1431</b>

Fonte – Departamento de Recursos Humanos do BEC

Em pesquisa realizada sobre a prioridade que dada pelo BEC em seus programas de treinamento e desenvolvimento, no exercício de 98, observa-se que os programas de desenvolvimento com as mais altas prioridades são aqueles voltados para o Desenvolvimento Gerencial, Desenvolvimento de Equipes e Treinamento Técnico Funcional.

Em programas de estágios para os graduandos das faculdades, o BEC atendeu a 163 estudantes no ano de 1998. Essa atividade se constitui em importante meio de recrutamento e contratação de mão-de-obra selecionada para o Banco.

#### ➤ **Outros Benefícios**

Entre os demais benefícios concedidos, tem destaque a concessão de seguros de vida e de acidentes pessoais, que absorveram recursos da ordem de R\$ 389 mil,



beneficiando 945 funcionários, no ano de 1998, e R\$ 520 mil em 1997, contemplando 1.263 empregados.

Com uma aplicação de R\$ 71 mil, em 1998 o BEC contribuiu com donativos para atividades de lazer e recreação dos funcionários, registrando em 800 o número de beneficiários.

Ciente dos vultosos gastos que consomem uma criança, o funcionário do Banco que possuem filhos até os 7 anos de idade contam com o auxílio babá-creche. O referido benefício somou nos exercícios de 98 e 97, respectivamente, R\$ 373 mil e R\$ 652 mil.

### **2.2.3 - INVESTIMENTO NA SOCIEDADE**

As mudanças no comportamento decisório dos clientes quanto às relações mercado-empresa é hoje fator de influência cada vez mais decisivo. As organizações são forçadas a oferecer um diferencial mercadológico que vai além de um alto investimento em tecnologia de ponta, hoje presente na maioria das empresas, principalmente no setor bancário, bem como do foco no atendimento ao cliente.

Com o conceito de responsabilidade social difundindo-se pela comunidade, o que contribui fortemente para distinguir uma organização é uma atuação que transcenda a compreensão puramente comercial de sua atividade. Tendo como pilar de sua existência o desenvolvimento do Estado do Ceará, o BEC, ao longo desses 35 anos, tem cumprido seu compromisso com a sociedade cearense através de programas e atividades não só no campo econômico, mas também nas áreas socioculturais, por entender que o desenvolvimento de uma sociedade se dá com o crescimento harmônico de todos os elementos que a compõem.

Seguindo esse preceito, dentre as várias contribuições do BEC para a sociedade cearense, nos anos de 1998 e 1997, se destacaram os tributos pagos ao Governo; os investimentos nas expressões artísticas e culturais do Estado; investimentos em cidadania; no setor de habitação; dentre outras muitas áreas que o Banco atende, considerando sua característica intrínseca de instrumento facilitador da aquisição de recursos pela população para atender às suas realizações, como intermediador financeiro que é.



## ☛ Cultura

O Banco do Estado do Ceará realizou, na área cultural, investimentos de R\$ 103 mil em 1998 e R\$ 75 mil em 1997.

Através do Projeto BEC Seis e Meia, foram reunidos em 2 anos de realizações 52 artistas representantes da Música Popular Brasileira, com destaque para a promoção de artistas locais como Kátia Freitas, Davi Duarte e Cristiano Pinho. O evento se realizava todas as sextas-feiras, no horário das 18:30 h, no palco do Teatro Boca Rica, anexo do TJA. 24,52% dos recursos investidos pelo Banco em cultura o biênio de 98/97, destinaram-se a esse projeto.

Criada em 1991 por um grupo de 15 bailarinos cearenses, sob coordenação de Dora Andrade, a Escola de Dança e Integração Social para Crianças e Adolescentes - EDISCA atende atualmente 280 crianças e adolescentes de bairros da periferia de Fortaleza, mudando a realidade deles através da dança, fazendo florescer a criatividade, sensibilidade, autoconfiança e a cidadania em cada um.

Nesses 8 anos de sua atuação foram montados 4 espetáculos: Elementais; O Maior Espetáculo da Terra; Jangurussu e Koi-Guera, o que será morto. Paralelamente ao ensino da dança, a EDISA desenvolve oficina de teatro, canto coral, artes plásticas, apoio à escola formal, nutrição, atendimento médico-odontológico, ensino de língua estrangeira, educação sexual, incentivo à leitura, educação para saúde, círculo educativo para familiares e berçário.

Nos exercícios de 1998 e 1997, o BEC investiu R\$ 30 mil e R\$ 14 mil, respectivamente, na EDISCA, o que representou 28,74% e 18,73% dos recursos destinados à cultura, em cada um dos anos

**Fig. 8 – Coral do BEC**



Com o Objetivo de melhorar a integração entre funcionários, aumentar a sensibilidade dos mesmos e aliviar o “stress” da atividade bancária, o coral do BEC Foi criado em 1986, sob a regência da maestrina Ester Holanda Arantes. Hoje, sob a coordenação do Departamento

**Fig. 7 – Balé Koi-Guera**

Foto: Divulgação



REFEÇÃO

mento de Recursos Humanos do Banco, é regido por Jacqueline Alice, que também é responsável pela técnica vocal. Contando com um repertório onde constam peças da MPB e músicas sacras, o coral tem participado ativamente de eventos ocorridos tanto na empresa como em toda a comunidade de Fortaleza e no interior do Estado, com especial destaque nos Encontros de Corais.

Além dos projetos mencionados, também contaram com o investimento financeiro do BEC as seguintes atividades e entidades: Fundação Amigos Teatro José de Alencar; Escola de Formação de Governantes; Lançamento do Livro Gentil Barreira; Associação dos Cantadores e Poetas Populares dos Inhamuns; II Feira do Artesanato de Quixeramobim; Casa do Cantador - 1º Encontro em Defesa da Vida e Cia. de Dança Jane Ruth.

#### ➡ Educação

Com o lema “ *Inovar é Preciso* ” durante o ano de 1998, através do seu Departamento de Recursos Humanos, o BEC investiu R\$ 140 mil no Projeto Crescer.

**Fig. 9 – Símbolo do Projeto Crescer**



Fonte: Departamento de Recursos Humanos do BEC

Focalizando inicialmente os administradores do Banco, o projeto tinha como objetivo maior desenvolver neles uma estratégia profissional eficiente na nova economia do conhecimento, promovendo uma reciclagem profissional e pessoal simultânea. A satisfação foi tanta, que a diretoria autorizou a extensão do projeto para os demais funcionários do Banco. Ao todo foram 8 turmas distribuídas entre maio e dezembro de 1998.

O projeto crescer consistiu-se em 6 etapas:



⇒ Trilhas Profissionais: teve por objetivo criar oportunidade para que os participantes aprendessem a construir uma estratégia de desenvolvimento profissional adequada aos paradigmas da nova sociedade do conhecimento, alinhando, integrando e harmonizando de forma prática e eficiente sonhos, talentos e contexto;

⇒ Relações Produtivas: aumentar a produtividade através do desenvolvimento de pessoas e da maior abertura nos relacionamentos;

⇒ Gerenciamento de Liderança: identificar os componentes básicos do gerenciamento e da liderança; a relação existente entre aprendizagem x liderança; os elementos de um sistema de comunicação gerencial e as condições para seu melhor funcionamento; os Fatores motivacionais e sua importância para a liderança;



⇒ Cenário Econômico-Financeiro: interagir de forma mais aprofundada com questões ligadas à economia, possibilitando, quando estiver diante de uma tomada de decisão ou de uma orientação a um determinado cliente, levar em consideração o cenário econômico-financeiro vigente;

⇒ Marketing e Estratégias de Negociação: utilizar os conceitos básicos de Marketing e Negociação para a realização de negócios que busquem satisfazer necessidades e desejos dos clientes e da Organização; e

⇒ Gestão de Risco: oferecer o embasamento teórico e o domínio de modernas técnicas necessárias e suficientes para a realização de uma objetiva e segura análise das demonstrações financeiras.

O projeto crescer promoveu uma significativa melhora na motivação dos funcionários do BEC, fortalecendo-os para enfrentarem com equilíbrio as situações adversas da instituição

## ☛ Comunidade – Cidadania

Através de seu apoio financeiro, o BEC viabiliza a execução de projetos que atendam aos problemas, anseios e necessidades das comunidades onde está presente. Desta maneira, o Banco proporcionou a inúmeras famílias cearenses a realização do sonho da casa própria, por intermédio de sua carteira de crédito imobiliária, que atingiu um volume de R\$ 347.950 mil e R\$ 384.050 mil respectivamente em 1998 e 1997.

Atento à sua responsabilidade social, o BEC é parceiro na realização de projetos desenvolvidos por segmentos sociais da comunidade. Nesse sentido, desde de 26 de julho de 1993, na gestão do então presidente do Banco Sr. Pedro Brito do Nascimento foi criado, pela iniciativa de um grupo de servidores do Banco, o Comitê da Cidadania dos Funcionários do BEC - CIDBEC. Desde então o comitê tem realizado trabalhos de assistência à comunidades carentes, creches e asilos, com o total apoio do Banco, no tocante à disponibilização de recursos materiais, pessoais e financeiros para a condução dos trabalhos.

Mensalmente o CIDBEC doa 40 cestas básicas às entidades assistidas e remunera monitores para ensinar costuras, artesanato, teatro e expressão corporal e ministrar cursos de datilografia e auxiliar de contabilidade e secretariado às crianças, como maneira de incentivar-lhes um ofício. Além das cestas, são também promovidas campanhas, em datas comemorativas, que angariam ajudas diversas. Nos anexos I e II, ao final deste trabalho, pode-se ver fotos das atividades desenvolvidas pelo CIDBEC e as campanhas de ação da cidadania por ele coordenadas em 1997 e 1998, tendo a frente delas as funcionárias Maria José Sousa Oliveira e Tânia Maria M. Tahim Lima. Ao todo são beneficiadas 618 crianças e adolescentes, envolvendo cerca de 383 famílias, distribuídas nas comunidades, conforme a tabela 4 apresenta.



Tabela 4 – Comunidades assistidas pelo CIDBEC ( Fortaleza, 1998)

COMUNIDADES	DOAÇÃO MENSAL	BENEFICIÁRIOS IDADE	FAMÍLIAS
Lar da Criança Domingos Sávio	– 10 cestas básicas	220 crianças (6 a 14 anos)	50
Centro Juvenil Dom Bosco	– 10 cestas básicas – 3 salários mínimos	168 crianças e adolescentes (8 a 18 anos)	78
Fundação Francklin Roosevelt	10 cestas básicas	110 crianças (4 a 12 anos)	100
Casa da Esperança	10 cestas básicas	120 crianças e adolescentes (3 a 24 anos)	118
Trapeiros de Emaús	Material reciclável		37
<b>TOTAL</b>		618 crianças/adolescentes	383

Fonte – Comitê de Cidadania dos Funiconairos do BEC

Além de oferecer todas as condições para o CIDBEC desenvolver seu trabalho o BEC também contribui com o comitê pela doação do aluguel do terreno de propriedade do Banco, situado à avenida Aguanambi, onde se instalam circos e parques. O valor do aluguel varia de R\$ 3.000,00 a R\$ 6.000,00 mensais, dependendo da época do ano. As outras formas de obtenção de recursos do comitê são através da contribuição mensal de funcionários que autorizam o Banco a efetuarem débitos em suas contas-correntes, por ocasião do crédito da folha de pagamento, bem como pela doação de tiquetes, também de funcionários.

### 2.2.3 – BALANÇO SOCIAL - INDICADORES

A seguir, a demonstração do B.S. do BEC, no modelo proposto pelo IBASE, nos anos de 1998 e 1997.

Em Mil R\$

<b>1) Base de Cálculo</b>	<b>1998</b>			<b>1997</b>		
1.1) Receita Líquida	222.760			235.921		
1.2) Lucro Operacional	(206.277)			421		
1.3) Folha de Pagamento Bruta	25.410			52.118		
<b>2) Indicadores Laboriais</b>						
	<b>Valor</b>	<b>%Sobre 1.2</b>	<b>%Sobre e 1.1</b>	<b>Valor</b>	<b>%Sobre 1.2</b>	<b>%Sobre 1.1</b>
2.1) Alimentação	3.396	-1,65	1,52	6.048	1436,58	2,56
2.2) Encargos Sociais Compulsórios	12.447	-6,03	5,59	24.282	5767,7	10,29
2.3) Previdência Privada	3.105	-1,51	1,39	5.726	1360,10	2,43
2.4) Saúde	584	-0,28	0,26	1.096	260,33	0,49
2.5) Educação	352	-0,17	0,16	362	85,99	0,16
2.6) Auxílio Creche	373	-0,18	0,17	652	154,87	0,28
2.7) Participação nos Lucros	-	-	-	-	-	-
2.8) Outros Benefícios	460	-0,22	0,21	1.149	272,92	0,49
<b>Total - Indicadores Laboriais</b>	<b>20.717</b>	<b>-10,04</b>	<b>9,30</b>	<b>39.315</b>	<b>9338,48</b>	<b>16,66</b>

SFEAG



Em R\$ Mil

<b>3) Indicadores Sociais</b>	<b>Valor</b>	<b>%Sobre 1.2</b>	<b>%Sobr e 1.1</b>	<b>Valor</b>	<b>%Sobre 1.2</b>	<b>%Sobre 1.1</b>
3.1) Tributos (excluídos encargos sociais)	3.087	-1,50	1,39	3.084	732,54	1,31
3.2) Investimentos na Cidadania	349.487	-169,43	156,89	384.431	91313,78	162,95
3.2.1) Educação e Cultura	243	-0,12	0,11	75	17,81	0,03
3.2.2) Saúde e Saneamento	-	-	-	10	2,38	0,01
3.2.3) Habitação	347.950	-168,68	156,20	384.050	91223,28	162,79
3.2.4) Esporte e Lazer	6	-0,01	0,01	8	1,90	0,01
3.2.7) Outros	1.428	-0,66	0,61	288	59,38	0,11
<b>Total - Indicadores Sociais</b>	<b>352.574</b>	<b>-170,92</b>	<b>158,28</b>	<b>387.515</b>	<b>92046,32</b>	<b>164,26</b>
<b>4) Indicadores do Corpo Funcional</b>						
4.1) N.º de empregados ao final do período		<b>Total</b> 1.022			<b>Total</b> 1.301	
4.2) N.º de admissões durante o período		-			-	
4.3) N.º de mulheres que trabalham na empresa		466			574	
4.4) % de cargos de chefia ocupados por mulheres		27,95			28,66	
4.5) N.º de empregados portadores de deficiência		6			6	

**CAPÍTULO III**  
**CONSTRUÇÃO DOS INDICADORES SOCIAIS DO BEC A PARTIR DO BALANÇO**  
**SOCIAL FRANCÊS**

### 3.1 – INDICADORES

A seguir será apresentada a tabela de construção dos indicadores sociais do BEC, nos anos de 1998 e 1997, segundo o modelo de B.S. francês, do qual foram escolhidos para serem aqui apresentados os itens relacionados ao emprego, remuneração da empresa, outras condições de trabalho e formação dos funcionários, divididos em 3 categorias, assim demonstradas: A - administradores, T - técnicos e E - escriturários e S - Total.

#### I - EMPREGO

	1998				1997			
<b>1.1 - N° de empregados</b>	<b>A</b>	<b>T</b>	<b>E</b>	<b>S</b>	<b>A</b>	<b>T</b>	<b>E</b>	<b>S</b>
N° de empregados	254	18	750	<b>1.022</b>	307	31	963	<b>1.301</b>
• Homens	183	08	365	<b>556</b>	219	17	491	<b>727</b>
• Mulheres	71	10	385	<b>466</b>	88	14	472	<b>574</b>
Divisão dos empregados por idade	254	18	750	<b>1.022</b>	307	31	963	<b>1.301</b>
• até 19 anos	0	0	36	<b>36</b>	0	0	57	<b>57</b>
• de 20 a 29 anos	0	1	12	<b>13</b>	0	2	6	<b>8</b>
• de 30 a 39 anos	114	14	199	<b>327</b>	113	21	355	<b>489</b>
• de 40 a 49 anos	121	3	459	<b>583</b>	173	8	506	<b>687</b>
• de 50 anos ou mais	19	0	44	<b>63</b>	21	0	39	<b>60</b>
Divisão dos empregados por tempo de serviço	254	18	750	<b>1.022</b>	307	31	963	<b>1.301</b>
• menos de 5 anos	0	1	42	<b>43</b>	0	2	67	<b>69</b>
• de 5 a 10 anos	2	3	8	<b>13</b>	12	6	50	<b>68</b>
• de 10 a 20 anos	159	9	542	<b>710</b>	256	15	626	<b>897</b>
• mais de 20 anos	93	5	158	<b>256</b>	39	8	220	<b>267</b>
<b>1.2 - Trabalhadores Externos</b>	<b>Total</b>				<b>Total</b>			
N° de trabalhadores cedidos	19				26			
N° médio mensal de trabalhadores cedidos	1,58				2,17			
<b>1.3 - Afastados</b>	<b>A</b>	<b>T</b>	<b>E</b>	<b>S</b>	<b>A</b>	<b>T</b>	<b>E</b>	<b>S</b>
Total de afastados	78	74	128	<b>280</b>	102	224	579	<b>905</b>
• N° de aposentados por invalidez	2	2	8	<b>12</b>	2	0	4	<b>6</b>
• N° de demitidos	2	1	1	<b>4</b>	0	1	1	<b>2</b>
• N° dos empregados que saíram voluntariamente	74	71	119	<b>264</b>	100	222	573	<b>895</b>
• Afastamento por morte	0	0	0	<b>0</b>	0	0	1	<b>1</b>
<b>1.4 - Absenteísmo</b>	<b>A</b>	<b>T</b>	<b>E</b>	<b>S</b>	<b>A</b>	<b>T</b>	<b>E</b>	<b>S</b>
• Por doença	4	1	14	<b>19</b>	3	4	26	<b>33</b>
• Por acidentes de trabalho	0	2	4	<b>6</b>	0	1	4	<b>5</b>
• Por licença maternidade	0	1	1	<b>2</b>	0	0	0	<b>0</b>



## II - REMUNERAÇÃO E ENCARGOS SOCIAIS

	1998	1997
<b>2.1 - Total de Remunerações</b>	<b>Total</b>	<b>Total</b>
Total de salários pagos (mensal)	R\$ 2.456.390	R\$ 3.405.496
• Homens	R\$ 1.336.353	R\$ 1.902.994
• Mulheres	R\$ 1.120.037	R\$ 1.502.502
Remuneração média mensal	R\$ 2.404	R\$ 2.618
• Homens	R\$ 2.404	R\$ 2.618
• Mulheres	R\$ 2.404	R\$ 2.618
<b>2.2 - Hierarquia das Remunerações</b>		
• Relação entre a média da remuneração dos administradores e a de escriturários e técnicos bancários	1,71	1,58
<b>2.3 - Encargos Acessórios</b>	<b>Total</b>	<b>Total</b>
• Montante da remuneração de empregados cedidos	R\$ 354.206	R\$ 529.211

## III - CONDIÇÕES DE HIGIENE E SEGURANÇA

	1998				1997			
<b>3.1 - Acidentes de Trabalho</b>	A	T	E	S	A	T	E	S
Nº de acidentes de trabalho c/parada do trabalho	3	0	28	31	1	0	19	20
Nº de acidentes no caminho do trabalho que causou parada do trabalho	3	0	14	17	0	0	8	8
<b>3.2 - Doenças do Trabalho</b>	<b>Total</b>				<b>Total</b>			
• Nº de doenças causadas pelo trabalho declaradas	2				3			
<b>3.3 - Nº de exames médicos efetuados</b>	<b>Total</b>				<b>Total</b>			
• Exames periódicos	1.022				1.261			

## IV - OUTRAS CONDIÇÕES DE TRABALHO

<b>4.1 - Duração do tempo de trabalho</b>	A	T	E	S
Carga horária média	8	8	7	23

## V - FORMAÇÃO

	1998				1997			
<b>5.1 - Formação profissional contínua</b>	A	T	E	S	A	T	E	S
• % dos empregados com educação continuada	3,03	1,17	0	4,21	0	0	0	0
Nº de estagiários	<b>Total</b>				<b>Total</b>			
• Homens	87				00			
• Mulheres	76				00			
Nº de horas de estágios	978				00			
• Remunerados	978				00			
<b>Bolsas</b>	<b>Total</b>				<b>Total</b>			
• Nº de assalariados beneficiados	00				36			

## VI - OUTRAS CONDIÇÕES DE VIDA

	1998	1997
<b>6.1 - Trabalhos sociais (habitação, transporte, restaurações, lazer, férias, diversos)</b>	<b>Total</b>	<b>Total</b>
<b>Divisão das Despesas</b>	<b>5.616.261</b>	<b>6.873.149</b>
• Transporte	130.831	112.268
• Férias	3.213.570	4.642.100
• Habitação	144.695	173.809
• Diversos	2.127.165	1.944.972
<b>6.2 - Outros encargos sociais</b>		
• Custos para a empresa com despesas complementares de aposentadoria	3.105.013	5.241.315

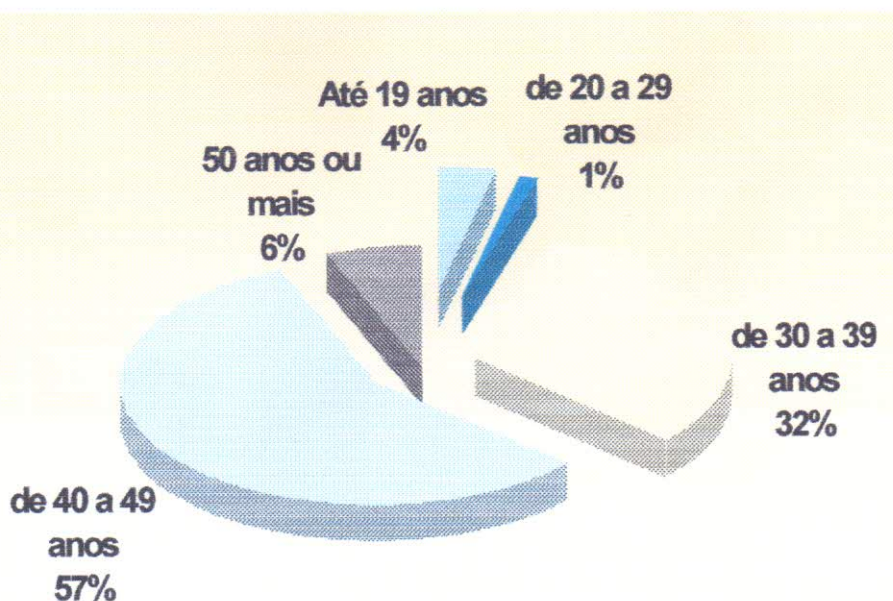
### 3.2 – ANÁLISE DOS INDICADORES SOCIAIS

Com base nos dados apresentados no item anterior, proceder-se-á a sua análise, visando demonstrar as características da empresa.

#### Idade

O BEC conta com uma equipe amadurecida, havendo uma concentração maior de funcionários com idade superior a 40 anos, o que representa 63,21% do seu quadro total de efetivos em 1998 e 57,42% em 1997, conforme mostram os gráficos de distribuição das idades nesses dois anos.

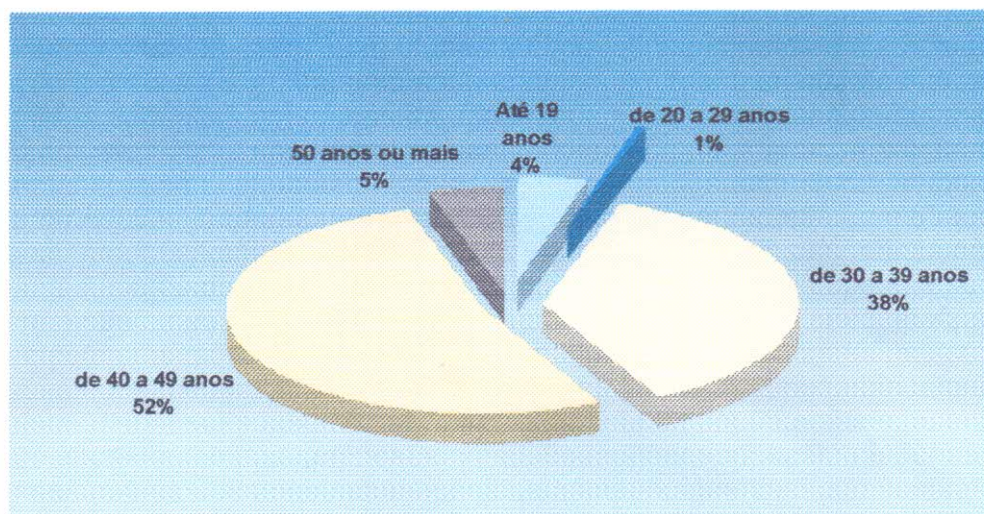
**Gráfico 2 – Distribuição dos Funcionários do BEC por idade - 1998**



Fonte: Departamento de Recursos Humanos do BEC



**Gráfico 3 – Distribuição dos Funcionários do BEC por idade - 1997**

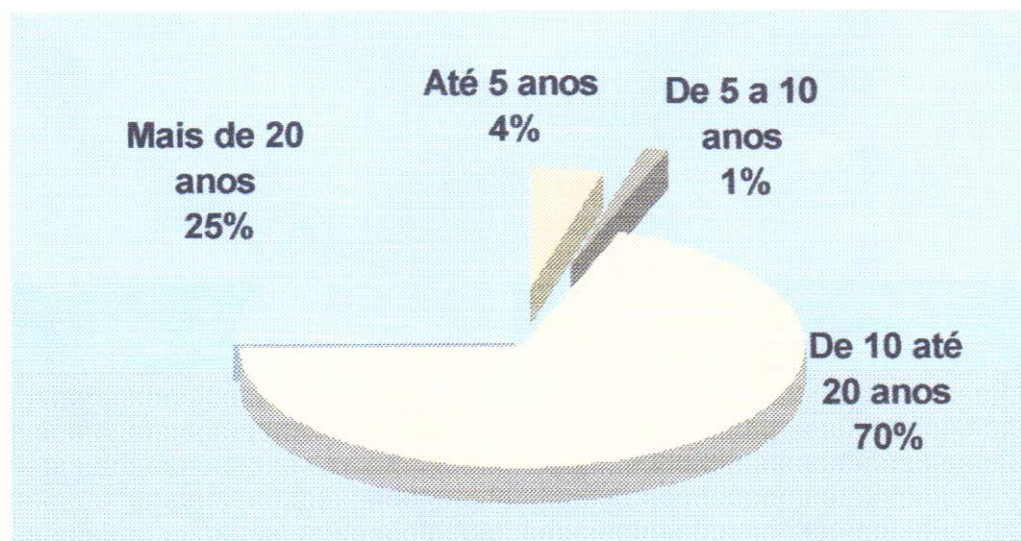


Fonte: Departamento de Recursos Humanos do BEC

#### Estabilidade

Paralelamente a uma equipe madura, em termos de idade, observa-se uma maior vinculação do quadro de pessoal, com uma crescente participação percentual dos funcionários com mais de 10 anos de casa, como se pode ver nos gráficos abaixo. Isso ocorre por ser a empresa uma sociedade de economia mista, na qual só há contratação de funcionários através da realização de concurso público, o que não há desde 1993 e mesmo assim após um período de 7 anos desde o último.

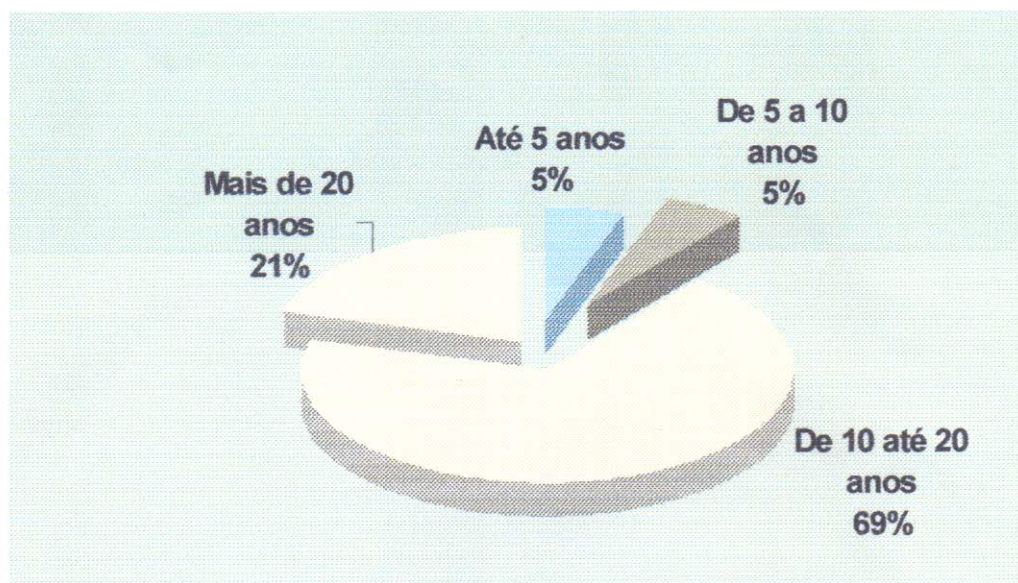
**Gráfico 4 – Distribuição dos Funcionários do BEC por tempo de serviço - 1998**



Fonte: Departamento de Recursos Humanos do BEC



**Gráfico 5 – Distribuição dos Funcionários do BEC por tempo de serviço - 1997**



Fonte: Departamento de Recursos Humanos do BEC

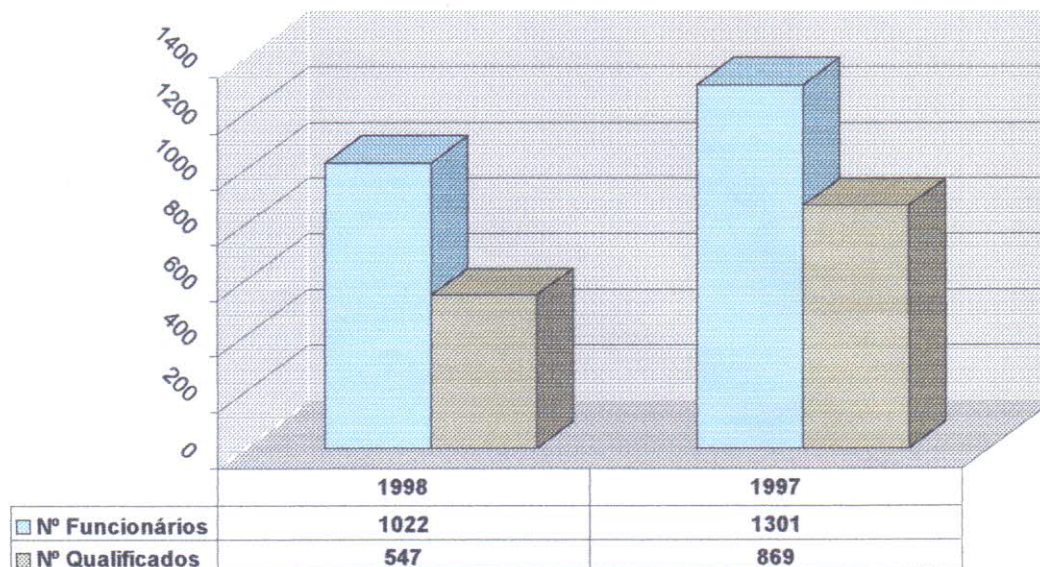
#### Qualificação

Com o objetivo de capacitar seus funcionários para o exercício de suas atividades, nas mais diversas áreas do Banco, o BEC promove constantemente treinamentos internos. Os cursos realizados priorizaram programas de desenvolvimento gerencial, formação e aperfeiçoamento de atendimento, cursos técnicos voltados para a área e programas educacionais de qualidade de vida.

Em 1998 e 1997 foram beneficiados 547 e 869 funcionários, respectivamente, o que representava 53,52% e 66,79% do total de empregados em cada ano. No gráfico 5 pode-se ver o grau de qualificação profissional dos empregados.



**Gráfico 6 - Qualificação dos Funcionários do BEC – 1998 e 1997**

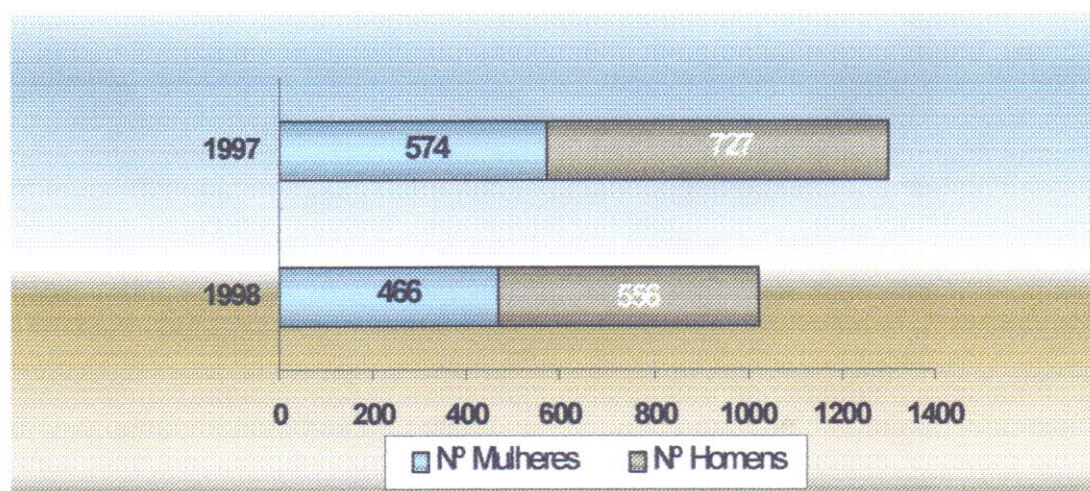


Fonte: Departamento de Recursos Humanos do BEC

#### ➡ Sexo

Verifica-se uma paridade quando à divisão de funcionários por sexo, conforme mostra o gráfico abaixo. Em 1997 o total de mulheres no Banco representava 55,88 % do quadro, caindo para 45,60% no ano seguinte, impulsionadas pelo plano de afastamento voluntário lançado pela diretoria.

**Gráfico 7 – Divisão dos funcionários do BEC por sexo – 1998 e 1997**



Fonte: Departamento de Recursos Humanos do BEC

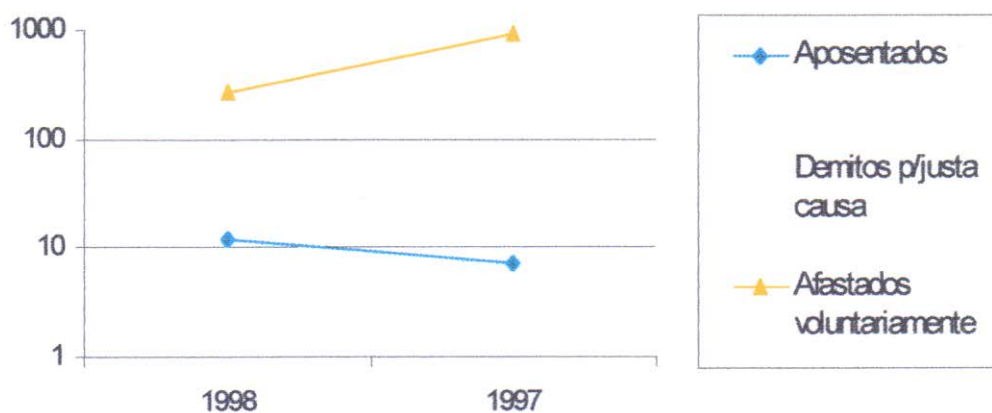
## Comportamento dos Empregados

Em 1997 a diretoria do BEC deu início ao Incentivo de Afastamento Voluntário – IAV, que tinha por objetivo estimular o desligamento de funcionários para a adequação das despesas do banco. Basicamente por esse motivo, houve o desligamento de 1.185 funcionários da estrutura do banco nos dois últimos anos, sendo que 905 foram só em 1997. Entre os outros motivos que configuraram o afastamento de funcionários do Banco estão demissão por justa causa, aposentadoria por invalidez e morte (ver gráfico 7).

Dentre o quadro de empregados do BEC, há alguns funcionários que se encontram disponibilizados temporariamente a outras entidades. No ano de 1997, eles representavam 2% do pessoal, caindo para 1,86% no ano seguinte.

Em relação ao absenteísmo, o principal motivo que levou à ausência de funcionários ao trabalho foi por doença, atingiu 19 funcionários em 1998 e 33 em 1997, perfazendo uma média de número de dias faltados de 48,31% e 64,89% do total de dias úteis de cada ano.

**Gráfico 8 – Motivos de afastamento dos funcionários do BEC – 1998 e 1997**



Fonte: Departamento de Recursos Humanos do BEC



## CAPÍTULO 4

### A DEMONSTRAÇÃO DE VALOR ADICIONADO DO BEC

#### 4.1 - O QUE É VALOR ADICIONADO?

Embora o conceito de valor adicionado seja novidade nos estudos da ciência contábil, na verdade esse é um conceito econômico básico, que vale para a determinação do Produto Nacional de uma economia. A diferença reside no fato de que, em quanto a contabilidade se utiliza do valor adicionado para medir a riqueza gerada por uma empresa, a economia mede a riqueza total gerada num país, pelo total de sua produção.

Assim sendo, o conceito de valor adicionado pode ser estudado sob o ponto de vista econômico e sob o ponto de vista contábil. Sob o ponto de vista econômico, segundo Simonsen:

*“ Denomina-se valor adicionado em determinada etapa de produção, a diferença entre o valor bruto da produção e os consumos intermediários nessa etapa. Assim, o produto nacional pode ser concebido como a soma dos valores adicionados, em determinado período de tempo, em todas as etapas dos processos de produção do país”*.<sup>8</sup>

Na contabilidade, o conceito de valor adicionado é bem próximo ao utilizado pela economia, divergindo apenas na forma em que ele é apurado. Na economia o valor adicionado parte da produção ocorrida em um período, independente dela ter sido vendida ou não. Já para a contabilidade, se considera a realização da produção, ou seja, parte do valor das receitas obtidas com a venda da produção.

Desta forma, o valor adicionado de uma empresa (enfoque contábil) é a diferença entre o valor da produção realizada (receitas) e os consumos intermediários, insumos e/ou serviços adquiridos de outras empresas, num determinado período.

Como instrumento para a mensuração desse valor agregado de cada empresa, existe a DVA - Demonstração do Valor Adicionado. A DVA tem como principais objetivos a

<sup>8</sup> SIMONSEN, Mário Henrique. Macroeconomia. Ed. Apec. Rio de Janeiro. 1975. Vol. 1

apresentação do valor da riqueza gerada pela entidade e a forma de distribuí-la entre empregados, governos, dividendos distribuídos ou lucros retidos.

#### 4.2 - A DVA DO BANCO DO ESTADO DO CEARÁ

As informações geradas pela DVA são de cunho social, daí a prática de muitas empresas, nos países em que se elabora, complementarem a publicação de seu Balanço Social com a inclusão desse demonstrativo. Seguindo essa linha, como forma de enriquecer o Balanço Social do BEC, encontram-se adiante os seus demonstrativos de valor adicionado nos anos de 1997 e 1998.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO				Em R\$ Mil	
	Dez/98	%	Dez/97		
<b>RECEITAS</b>	<b>292.311</b>		<b>309.281</b>		
. Intermediação Financeira	273.770		282.555		
. Prestação de Serviços	19.827		23.398		
. Não Operacionais	(3.046)		1.761		
. Resultado de Participações de Controladas e Coligadas	1.760		1.567		
<b>DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(257.509)</b>		<b>(140.624)</b>		
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>(161.009)</b>		<b>(71.768)</b>		
. Materiais, Energia e Outros	(78.014)		(31.623)		
. Serviços de Terceiros	(8.637)		(4.261)		
. Perda/Recuperação de Valores Ativos	(74.358)		(35.884)		
<b>VALOR ADICIONAL BRUTO</b>	<b>(126.207)</b>		<b>96.889</b>		
<b>RETENÇÕES</b>					
. Depreciação, Amortização e Exaustão	0		(5.023)		
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO</b>	<b>(126.207)</b>		<b>91.866</b>		
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>		<b>100,00</b>		<b>100,00</b>	
. Pessoal e Encargos	72.629	(57,55)	83.032	90,38	
. Impostos, Taxas e Contribuições	5.088	(4,03)	3.084	3,36	
. Aluguéis	5.399	(4,28)	3.031	3,30	
. Dividendos	0	-	537	0,58	
- Estado	0	-	537	0,58	
- Outros	0	-			
. Lucros/Prejuízos Retidos	(209.323)	165,86	2.182	2,38	



## CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS

Após a elaboração do Balanço Social no Banco do Estado do Ceará S/A - BEC, referente aos anos de 1998 e 1997, foi possível observar uma considerável divergência em sua performance social e econômica. Este fato é decorrente do processo de privatização em que a instituição se encontra e que, conseqüentemente, teve maior influência no último período analisado, ou seja, 1998. Nesse ano, o BEC obteve prejuízo, principalmente por dois motivos: (i) muitas provisões efetuadas com ou intuito de torná-lo mais enxuto; (ii) uma volumosa evasão funcional, devido ao grande número de adesão ao incentivo de afastamento voluntário lançado pela diretoria, visando adequar o tamanho do Banco a proporções adequadas à sua venda. Esses dois aspectos, sem dúvida, tiveram impacto sobre a atuação social do BEC, no entanto, não impediram registros que apontam o comprometimento com seus empregados, com a sociedade e com o Estado.

Em relação ao seu quadro de pessoal, considera-se satisfatório o investimento do Banco junto aos empregados. Além de garantir os direitos trabalhistas exigidos pela lei o Banco oferece benefícios como auxílio alimentação, assistência a saúde e previdência privada, bem como preocupa-se com o desenvolvimento pessoal e profissional, através da promoção ou viabilização de cursos e eventos para os funcionários.

Na sociedade, há a predominância do investimento do BEC na área de cultura. Especialmente em 1998, o Banco colaborou com a realização de vários eventos culturais do Estado, com destaque para a Escola de Desenvolvimento e Integração Social da Criança e do Adolescente - EDISCA e o Projeto Bec Seis e Meia.

Ainda com relação à sociedade, não menos importante é o apoio que o BEC presta ao Comitê de Cidadania formado pelos seus funcionários. O comitê, tendo a frente duas funcionárias do Banco, realiza um trabalho admirável junto a comunidades carentes, com o objetivo de resgatar a cidadania de crianças e adolescentes, envolvendo suas respectivas famílias. Para a concretização desse trabalho, além de doações financeiras do Banco, o comitê conta com toda infra-estrutura oferecida pelo BEC, seja na disponibilização dos funcionários nele envolvidos ou na concessão de espaço físico, materiais e transportes.

No que diz respeito ao Estado, o BEC continuou sendo um instrumento viabilizador do desenvolvimento, como instituição financeira que é. Contribuição que se verifica na arrecadação e pagamento de tributos, bem como na distribuição de dividendos, em 1997, para o então acionista controlador, Estado do Ceará.

Vê-se pois, que o BEC tem um importante papel social. Mesmo em seu momento de maior dificuldade verificou-se seu compromisso com a sociedade, e a perspectiva é que essa preocupação cresça. Sob nova diretoria, o Banco já apresenta sinais de restabelecimento com o lucro apresentado no primeiro semestre de 1999 e está em seus planos elaborar semestralmente o Balanço Social da instituição. Atitude de quem tem consciência da responsabilidade social e que não teme a prestação de contas com a sociedade.





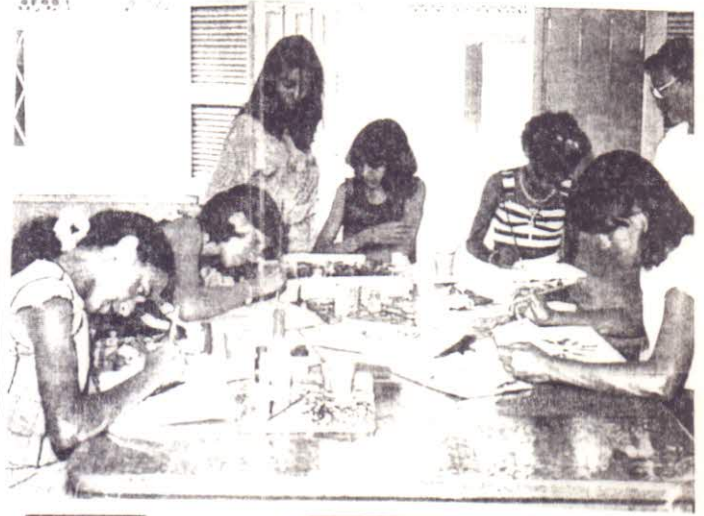
**ANEXOS**













# S.O.S NORDESTINO

Não podemos contra a SECA.  
Mas podemos contra a FOME.



FOME.  
VAMOS ACABAR  
COM ELA?

O Comitê do BEC, em parceria com o COEP - Comitê de Entidades Públicas no Combate à Fome e pela Vida, convoca todos a participarem desta campanha, que tem por objetivo minimizar os problemas causados pela seca no sertão.



**PARTICIPE DOANDO ALIMENTOS  
NÃO-PERECÍVEIS EM QUALQUER  
AGÊNCIA DO BEC.**



# FOME

“A TERRA SE QUEBRANDO TODA  
A FOME QUE HUMILHA TODOS  
VIDA SE ALIMENTA DE DOR  
QUE POBRE POVO SEM SOCORRO!...”

*Djavan*



**VOCÊ PODE MUDAR ESSA SITUAÇÃO**

*O Comitê do BEC em parceria com o COEP - Comitê de Entidades Públicas no Combate à Fome e Pela Vida, convoca todos a participarem desta campanha, que tem por objetivo minimizar os problemas causados pela seca no sertão.*

**PARTICIPE DOANDO ALIMENTOS  
NÃO PERECÍVEIS EM QUALQUER  
AGÊNCIA DO BEC.**



**BIBLIOGRAFIA**

- AMORIM, Anderson Amorim de. **O balanço social e a empresa cidadã.** “ Revista da Trevisan ”. Rio de Janeiro, Ano 11, No. 120, Fevereiro de 1998.
- BRASIL. Projeto de lei nº 3.116, de 14 de maio de 1997. Cria o balanço social para as empresas que menciona e dá outras providências. Brasília, mai/1997.
- COCHRANE, Teresinha Maria C. FREIRE. Fátima de Souza e MOTTA, Isabel. **O balanço social Francês e a relação de informações sociais no brasil: um estudo comparativo de suas motivações, finalidades e utilizações.** Trabalho apresentado no colóquio comemorativo dos 20 anos do Balanço Social francês. Université des Sciences Sociales Toulouse I. Toulouse. França, 1997.
- FEBRABAN - Federação Brasileira das Associações de Bancos. **Balanço social dos bancos - 1998.** São Paulo, Ano 5, Abril de 1999.
- FILHO, Humberto Manera. **A empresa-cidadã pede passagem.** “ Revista Comunicação Empresarial ”. São Paulo, Ano 7, Nº 24, 3º Trimestre de 1997.
- KROETZ, César Eduardo Stevens. **Balanço social: uma demonstração da responsabilidade social, ecológica e gestorial das entidades.** “ Revista Brasileira de Contabilidade (RBC) “. Brasília, Ano XXVII, No. 113, Setembro/Outubro de 1998.
- MARTINS, Vinícius A. **Contabilidade social – da origem à prática atual ( 1.ª parte).** IOB - Temática Contábil, n.º 10/1999.
- MARTINS, Vinícius A. **Contabilidade social – da origem à prática atual ( 2.ª parte).** IOB - Temática Contábil, n.º 11/1999.
- MARTINS, Vinícius A. **Contabilidade social – da origem à prática atual ( 3.ª parte).** IOB - Temática Contábil, n.º 12/1999.

RIBEIRO, Maisa de Souza. LISBOA, Lázaro Plácido. Balanço social. " Revista Brasileira de Contabilidade (RBC) ". Brasília, Ano XXVIII, Nº 115, Janeiro/Outubro de 1999.

SANTOS, Ariovaldo dos. FREIRE, Fátima de Souza. MALO, François Bernard. **O balanço social no brasil: gênese, finalidade e implementação como complemento às demonstrações contábeis.** Foz do Iguaçu. Trabalho Apresentado no 22º Encontro da Anpad, 1998.

SOUZA, Herbert de. **Empresa pública e cidadão.** Folha de São Paulo, 26 de março de 1997.

SOUZA, Herbert de. **Balanço social nas empresas públicas.** Folha de São Paulo, 6 de maio de 1997.

SUPLICY, Marta. **Balanço social é instrumento de Cidadania.** Revista da Trevisan. São Paulo, Ano 10, No., 115. Setembro de 1997.